

Estados responsabilizam plataformas on-line por inadimplência de lojistas

Leis sobre o assunto foram editadas por Bahia, Ceará, Mato Grosso e Rio de Janeiro

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

28/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Douglas Mota: "Você não pode sair atribuindo responsabilidade para contribuintes sem aprovação na Constituição" — Foto: Divulgação

Pelo menos quatro Estados editaram leis para responsabilizar empresas como Mercado Livre, B2W e Magazine Luiza pelo não pagamento de ICMS por parte dos lojistas que comercializam produtos por meio de suas plataformas de vendas on-line. A

norma mais recente foi editada pelo Rio de Janeiro, depois de Bahia, Ceará e Mato Grosso seguirem esse caminho.

Os chamados marketplaces funcionam como shoppings virtuais. O uso desse tipo de plataforma ganhou ainda mais visibilidade com a pandemia, que obrigou lojistas a fecharem suas portas.

A novidade foi instituída pelo Rio de Janeiro por meio da Lei nº 8.795, publicada na semana passada. Altera pontos da Lei nº 2.657, de 1996. No artigo 18 foram incluídos entre os responsáveis por recolher o imposto, caso o vendedor não pague, os marketplaces que operacionalizem a transação financeira e o acompanhamento do pedido sem emitir a nota fiscal.



Ads by Teads

Ainda podem ser responsabilizados intermediadores financeiros. Outro ponto polêmico é a cobrança de ICMS de sites na venda de mercadoria digital, como software, tema que ainda é discutido no Supremo Tribunal Federal (STF). Municípios defendem a incidência de ISS.

“O pequeno empresário não conseguiria investir em marketing e posicionamento sem ajuda do marketplace. Mas a obrigação tributária é dele”, afirma Leonardo Palhares, presidente da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (camara-e.net) e sócio do Almeida Advogados.

A lei coloca “várias camadas de complexidade” na operação do marketplace, segundo Palhares. O ICMS é pago hoje pelo vendedor da mercadoria. A depender do Estado de origem do bem e o de venda, acrescenta, deve ser pago o imposto em um Estado e a diferença de alíquota em outro.

As empresas vão precisar verificar quais as vendas realizadas para o Rio de Janeiro - ou outros Estados com leis semelhantes - para calcular o diferencial de alíquota. “Se existe um momento pouco propício para estabelecer obrigações adicionais para empresas que estão tentando sobreviver é agora”, afirma o advogado.

De acordo com Palhares, o Estado atribui a responsabilidade a terceiro “porque é mais simples”. Responsabilidade, afirma, que não é prevista na Constituição nem no Código Tributário Nacional (CTN). “Essa é a lei do menor esforço”, diz.

Em nota, a Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ) afirma que a Lei nº 8.795 é extremamente importante para o país e para a economia fluminense. Os objetivos são “proteger o emprego, oferecer concorrência mais leal, permitir a médio prazo a redução da carga tributária, o custo da burocracia e a sonegação fiscal”.

A lei, de acordo com a nota, melhora a fiscalização e o controle do setor de varejo, fazendo com que as empresas concorram em igualdade de condições. “Esse deslocamento da fiscalização para o varejo permitirá, no médio prazo, a redução da substituição tributária, uma das etapas que colaboram com a enorme burocracia no Brasil”, diz a Sefaz-RJ na nota. E acrescenta: “Quem perde é o sonegador que usa os intermediários como escudo para sonegar e praticar a concorrência desleal”.

A Sefaz-RJ vai continuar a fiscalizar se os vendedores emitem nota. Ao observar que a obrigação não é cumprida, o contribuinte será informado para se regularizar e, se isso não ocorrer, o marketplace será informado da irregularidade e, a partir daí, passará a ser responsável. Procedimento semelhante, segundo a Fazenda fluminense, já é aplicado a tabeliões, transportadores e leiloeiros. A lei ainda precisa ser regulamentada.

Bahia, Ceará e Mato Grosso também editaram leis semelhantes (nº 14.183, de 2019, nº 16.904, de 2019, e nº 11.081, de 2020, respectivamente). Para o advogado Mattheus Montenegro, do escritório Bichara Advogados, as normas são inconstitucionais, por ultrapassarem o limite de responsabilização de terceiros previsto no Código Tributário Nacional (CTN).

As leis, de acordo com Montenegro, falam de forma genérica do segmento de marketplace, que tem diferentes modelos de negócio e níveis de envolvimento dos detentores de plataformas. “Em alguns modelos, o site não ganha sobre a venda, só deixa o anúncio para contato entre vendedor e comprador”, afirma ele, acrescentando que não se aplicam a aplicativos como Rappi e iFood, que só fazem entregas.

O setor de marketplace considera mais adequada a alteração feita pelo Estado de São Paulo em 2009. A Lei nº 13.918 estabeleceu que são responsáveis solidárias plataformas intermediadoras apenas em caso de omissão de informações de ICMS solicitadas pelo Fisco.

“Você não pode sair atribuindo responsabilidade para contribuintes sem aprovação na Constituição”, afirma o advogado Douglas Mota, sócio do escritório Demarest Advogados. Ele acrescenta que as normas trazem um acréscimo de burocracia para os intermediários.

As leis podem encarecer os serviços dos intermediários, segundo o advogado Rodrigo Damázio Ferreira, sócio do mesmo escritório. “Ele pode precisar de um compliance que nem tem hoje por atuar como intermediário.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Use o número do seu INSS para simular um empréstimo. Conheça
PB CONSIGNADO

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPOWER CAPS

LINK PATROCINADO

Bahia: 30 cursos sem mensalidades para a população.
CAPACITANDO O BRASIL

LINK PATROCINADO

As irmãs idênticas nascidas em 2010 cresceram e se tornaram as gêmeas mais lindas do mundo
MEDICAREGRANNY

LINK PATROCINADO

Mãe suspeita que já tinha visto o noivo de sua filha antes, até que decide ver as fotos de um álbum antigo e se dá conta de algo totalmente inesperado
DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Demitido há uma semana, Mandetta posta foto ao lado de Moro e manda 'parabéns' ao ex-juiz

VALOR INVESTE

Efeito Moro: Ibovespa afunda e dólar bate recorde com pedido de demissão

VALOR INVESTE

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

27/04/2020 16:10

Sefaz orienta contribuinte a solicitar desbloqueio de ambiente de contingência da NF-e por e-mail

A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz) orienta os contribuintes que emitiram Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em contingência utilizando Evento Prévio de Emissão em Contingência (Epec), e tiveram este ambiente bloqueado, a solicitarem o desbloqueio por e-mail. A solicitação deve ser enviada para os endereços eletrônicos epec_metro@sefaz.ba.gov.br (Região Fiscal Metropolitana), epec_norte@sefaz.ba.gov.br (Região Fiscal Norte) ou epec_sul@sefaz.ba.gov.br (Região Fiscal Sul). A mensagem deve conter a chave de acesso da nota emitida em Epec e da nota que a substituiu.

A solicitação antes era feita em uma das 34 unidades de atendimento da Fazenda Estadual distribuídas por todo o estado, que deixaram de prestar atendimento presencial como parte da estratégia para conter a disseminação do novo coronavírus. Após o recebimento do e-mail, as equipes da Sefaz farão o devido encaminhamento da demanda.

Qualquer dificuldade em relação a esse e outros assuntos, a Sefaz-Ba orienta que o contribuinte entre em contato via call center no 0800 071 0071 (telefones fixos) ou no 71 3319-2501 (telefone fixo e celular), nos dias úteis, das 8h às 17h, ou por meio do faleconosco@sefaz.ba.gov.br. No [site da Sefaz](#) também está disponível a Carta de Serviços ao Cidadão, que contém informações e orientações sobre os 113 serviços oferecidos pela secretaria.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 28/04/2020	Página:

Correio*

Governo estadual pede suspensão temporária do pagamento de dívidas

VIDEOCONFERÊNCIA O governador Rui Costa (PT) pediu a suspensão temporária do pagamento de dívidas junto à União durante uma videoconferência com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. O pedido é para que os recursos sejam utilizados nas ações de combate ao novo coronavírus.

A reunião virtual contou também com outros governadores, o ministro Alexandre de Moraes, o advogado geral da União, André Mendonça, e procuradores dos estados e foi em caráter de

audiência de conciliação.

Segundo Rui, a expectativa é de que o impasse seja solucionado em breve.

“Foi uma reunião positiva, em que o presidente do STF determinou que Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES se manifestem em até 24 horas para que essas instituições financeiras possam se posicionar sobre o pedido dos governadores. Além disso, ficou estabelecido o prazo de cinco dias para que as partes envolvidas - estados, governo federal e bancos - possam chegar a um acordo”, explicou Rui.

Tribuna

Raio Laser

Dívidas

O governador Rui Costa (PT) informou durante transmissão ao vivo em suas redes sociais, na noite de ontem, que participou de videoconferência com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, o ministro Alexandre de Moraes, governadores, o advogado geral da União, André Mendonça, e procuradores dos estados. A reunião teve caráter de audiência de conciliação, já que os estados têm solicitado a suspensão temporária do pagamento de dívidas junto à União para que os recursos sejam utilizados nas ações de combate ao novo coronavírus. Segundo Rui Costa, a expectativa é de que o impasse seja solucionado em breve. "Foi uma reunião extremamente positiva, onde o presidente do STF determinou que Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES se manifestem em até 24 horas para que essas instituições financeiras possam se posicionar sobre o pedido dos governadores.



Rui Costa

Ecad

O deputado federal Igor Kannário (Democratas) comemorou a retirada da redução de arrecadação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) de direitos autorais da medida provisória (MP) 907/19 na votação de ontem. O relator da MP, Newton Cardoso Jr (MDB-MG), retirou da MP a parte específica que versava sobre a cobrança de direitos autorais para a execução de obras literárias, artísticas ou científicas.

Distritos industriais

O deputado Euclides Fernandes (PDT) sugeriu ao governador Rui Costa que o Estado suspenda a cobrança da taxa referente à administração dos distritos industriais, "englobando a execução, manutenção, conservação e gestão de infraestrutura e funcionamento", prevista no item 9 do Anexo II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009. A suspensão do pagamento se daria a partir deste mês de abril, vigorando até dezembro de 2020. A medida, esclareceu o pedetista na indicação que protocolou na Assembleia Legislativa da Bahia, seria adotada em decorrência das consequências econômicas causadas "pelo necessário enfrentamento" da pandemia de Covid-19.

Salários congelados

Em troca do aumento para R\$ 50 bilhões do socorro federal aos estados e municípios, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AC), fizeram um acordo para congelar os salários e as promoções de carreira dos servidores públicos até dezembro de 2021. Em 2022, ano de eleições, a concessão de reajustes volta a ser permitida. A medida, que vale para União, estados e municípios, tem impacto potencial de uma economia de R\$ 179 bilhões.

ISS e IPTU

A vereadora Aladilce Souza (PCdoB) propôs ao prefeito ACM Neto que conceda isenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) e do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) aos cinemas e casas de espetáculo durante o período de suspensão das atividades em razão da pandemia do novo coronavírus. Conforme a vereadora, a medida visa diminuir os custos desses estabelecimentos que estão com funcionamento suspenso por causa da Covid-19.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Governo

27/04/2020 19:40

Rui Costa e governadores pedem ao presidente do STF suspensão temporária do pagamento de dívidas

O governador Rui Costa informou durante transmissão ao vivo em suas redes sociais, na noite desta segunda-feira (27), que participou de videoconferência com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, o ministro Alexandre de Moraes, governadores, o advogado-geral da União, André Mendonça, e procuradores dos Estados. A reunião teve caráter de audiência de conciliação, já que os Estados têm solicitado a suspensão temporária do pagamento de dívidas junto à União para que os recursos sejam utilizados nas ações de combate ao novo coronavírus.

Segundo Rui, a expectativa é de que o impasse seja solucionado em breve. “Foi uma reunião extremamente positiva, onde o presidente do STF determinou que Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES se manifestem em até 24 horas sobre o pedido dos governadores. Além disso, ficou estabelecido o prazo de cinco dias para que as partes envolvidas, Estados, Governo Federal e bancos, possam chegar a um acordo. Nos próximos dias haverá uma intensa negociação nesse sentido. Nosso esforço deve ser voltado a salvar vidas humanas e assistir à população mais carente dos estados”, explicou.

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 28/04/2020	



GOVERNADORES PEDEM AO STF SUSPENSÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO



admin 28 Abril, 2020

O governador da Bahia, Rui Costa (PT-BA), informou ter participado de uma reunião por videoconferência para solicitar ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão temporária do pagamento de algumas dívidas dos estados.

“Foi uma reunião extremamente positiva, onde o presidente do STF determinou que o Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES se manifestem em até 24 horas para que essas instituições financeiras possam se posicionar sobre o pedido dos governadores”, afirmou em live na noite dessa segunda-feira (27).

A reunião em questão contou com a participação de outros governadores do Nordeste; do presidente e ministro do STF, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, respectivamente; o advogado geral da União, André Mendonça; além de procuradores dos estados.

Segundo o governador, ficou estabelecido o prazo de cinco dias para que as partes envolvidas, Estados, Governo Federal, e bancos, possam chegar a um acordo.

Foto: Carol Garcia/ GovBA

Veículo: Bocão News	Economia
Data: 27/04/2020	



Coronavírus

Rui Costa e governadores pedem ao presidente do STF suspensão temporária do pagamento de dívidas



27 de Abril de 2020 às 19:41 Por: [Reprodução/Facebook](#) Por: [Redação BNews](#) [0 comentários](#)

O governador Rui Costa (PT) informou durante transmissão ao vivo em suas redes sociais, na noite desta segunda-feira (27), que participou de videoconferência com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, o ministro Alexandre de Moraes, governadores, o advogado geral da União, André Mendonça, e procuradores dos estados.

A reunião teve caráter de audiência de conciliação, já que os estados têm solicitado a suspensão temporária do pagamento de dívidas junto à União para que os recursos sejam utilizados nas ações de combate ao novo coronavírus.

Segundo Rui Costa, a expectativa é de que o impasse seja solucionado em breve. “Foi uma reunião extremamente positiva, onde o presidente do STF determinou que Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES se manifestem em até 24 horas para

que essas instituições financeiras possam se posicionar sobre o pedido dos governadores.

Além disso, ficou estabelecido o prazo de cinco dias para que as partes envolvidas, Estados, Governo Federal, e bancos, possam chegar a um acordo. Nos próximos dias haverá uma intensa negociação nesse sentido. Nosso esforço deve ser voltado a salvar vidas humanas e assistir à população mais carente dos estados”, explicou.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/04/2020	Caderno: Notícias



Terça, 28 de Abril de 2020 - 08:40

Governadores vão ao STF para suspender pagamento de dívidas dos estados com a União

Os governadores dos estados do Nordeste pediram ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, a suspensão temporária do pagamento das dívidas dos estados com a União.

Segundo o governador baiano Rui Costa (PT), o pedido a Toffoli foi feito através de videoconferência, que contou ainda com a participação do ministro Alexandre de Moraes, o ex-advogado-geral da União, André Mendonça, e procuradores dos estados.

"Foi uma reunião extremamente positiva, onde o presidente do STF determinou que Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES se manifestem em até 24 horas sobre o pedido dos governadores. Além disso, ficou estabelecido o prazo de cinco dias para que as partes envolvidas, estados, Governo Federal e bancos, possam chegar a um acordo", falou Rui.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/04/2020	Caderno: Notícias



Terça, 28 de Abril de 2020 - 00:00

Compras de soja americana pela China não assustam exportação baiana, garante secretário

por **Lula Bonfim**

Como resultado da reaproximação comercial entre os dois países, a China realizou, entre os dias 22 e 24 de abril, a compra de 606 mil toneladas de soja produzida nos Estados Unidos. A trégua guerra cambial entre chineses e estadunidenses gerou cortes de tarifas, possibilitando que produtos americanos se tornassem competitivos no gigante oriental.

Na Bahia, por outro lado, a exportação de soja caiu um pouco no primeiro trimestre. Devido a seca no oeste baiano durante o final de 2019, o plantio atrasou, gerando consequências negativas na produção. Entretanto, segundo o secretário estadual de Agricultura, Lucas Costa, nem a reaproximação entre China e EUA nem a pequena queda assustam o estado.

“Provavelmente, teremos safra recorde em 2020. Vamos bater todas as produções. O nosso custo de produção é relativamente baixo, quando se compara aos Estados Unidos. Então a gente não tem receio do mercado”, garantiu o titular da Secretaria Estadual de Agricultura (Seagri), em entrevista ao Bahia Notícias.

“Os Estados Unidos estão entrando em acordo com a China, então a competitividade deve aumentar. Não chega a assustar. Estamos trabalhando. A Seagri vem monitorando e tentando reacordos com a China, para facilitar o trabalho para o nosso produtor”, contou o secretário, que comemorou a alta do dólar. “A questão cambial vai ajudar a gente. Ter um dólar extremamente valorizado, para a exportação, nos ajuda”.

Lucas Costa ainda revelou que a soja que está sendo produzida no oeste baiano hoje já está vendida. “Boa parte da nossa produção é vendida no mercado futuro. Então a gente não vê muito abalo. Nossa exportação caiu um pouco no primeiro trimestre, mas foi por conta de questões agronômicas, que geraram atraso no plantio”, disse.

A manutenção do crescimento da produção de soja é parte fundamental do alento econômico do estado diante da crise gerada pela pandemia do novo coronavírus. A Seagri estima que a Bahia terá um avanço de R\$ 2 bilhões na produção agrícola em 2020, contando com todas as culturas, mesmo com todos os problemas.

ALGODÃO

Entretanto, outra grande produção do oeste baiano está sofrendo bastante. Segundo o secretário Lucas Costa, o algodão tem sido ainda mais importante que a soja no produto interno bruto da Bahia. Entretanto, em 2020, esse setor não conseguirá manter o desempenho.

“A situação do algodão, que é uma parte mais significativa ainda da nossa produção, é preocupante, porque a produção de roupa caiu bastante, em decorrência da crise da Covid-19. Não tem tido vendas de roupa, o que afeta a produção e atinge nosso algodão”, finalizou Costa.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/04/2020	Caderno: Notícias



Terça, 28 de Abril de 2020 - 00:00

Coronavírus: Produtores rurais baianos escoam produção por meio de plataforma online

por Bruno Leite

Cooperativas, agricultores e associações rurais de diversas cidades baianas têm escoado a produção de itens da agricultura familiar através de uma plataforma online criada por uma startup baiana fundada por quatro participantes de um hackathon de inovação realizado em 2018 numa universidade de Salvador cujo tema eram as problemáticas da agricultura familiar. Durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), as entregas para a capital baiana estão isentas do pagamento da taxa de entrega.

A startup é a Escoar ([conheça aqui](#)), empresa que atua, conforme explica uma das sócias, Suzana Calmon, junto a produtores de Irecê, Piatã (na Chapada Diamantina), Uauá, Ribeira do Pombal, Ilhéus, Jequié, Varzea Nova, Monte Santo e Presidente Tancredo Neves, através de duas maneiras: para o consumidor final, a partir de uma loja virtual, e com o atacado, onde busca estabelecimentos que queiram comprar para revender os pedidos para a cooperativa - nessa modalidade, os parceiros é que se tornam os responsáveis pelo atendimento e pela entrega.

A gratuidade de entregas em Salvador, segundo Suzana, se deu como uma maneira de contribuir com os produtores, que têm encontrado grandes dificuldades em escoar as suas produções. "Muitas das cooperativas estão fechadas. Encontram dificuldades em renovar pedidos e fechar novos. Assim que começou a pandemia, entramos em contato com algumas que já forneciam para a gente para saber sobre os seus estoques", justifica.

Uma dessas é a Copirecê (Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê). Ao Bahia Notícias, uma das responsáveis pela associação, Vamary Santos, diz que a entidade conta com mais de 500 produtores rurais cooperados e tem encontrado o comércio online como uma alternativa. "Nossa forma de escoamento mudou um pouco, fortalecemos as parcerias com site de vendas online e passamos a usar mais as redes sociais da cooperativa para indicar aos clientes quais os parceiros (varejistas/atacadistas) próximos que estão com entregas delivery", ressalta.

E Vamary completa: "Com início do isolamento social a nossa rotina mudou, algumas pessoas do grupo de risco trabalham home office, aqueles que precisam trabalhar play office estão seguindo as devidas orientações da OMS [Organização Mundial da Saúde] e da Secretaria de Saúde do Município de Irecê, adquirimos mascarões, álcool gel, luvas, disponibilizamos de pias com água e sabão na entrada para higienização das mãos".

Através da nova modalidade, alimentos derivados de milho não transgênico, a exemplo de flocão para cuscuz, creme de milho, mungunzá, xerém, canjiquinha e mingaus chegam com mais facilidade para o consumidor.

Veículo: Bocão News	Economia
Data: 28/04/2020	



Coronavírus

Sesab já recebeu mais de R\$ 320 milhões em crédito suplementar para combate da Covid-19



28 de Abril de 2020 às 06:38 Por: **Arquivo BNews** Por: **Yasmin Garrido** 0 comentários

Em três semanas, a Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) já foi beneficiada com a realocação de mais de R\$ 320 milhões dos orçamentos da Seguridade Social e Fiscal para o auxílio no combate à Covid-19 no estado. Em publicação no Diário Oficial, nesta terça-feira (28), constam duas aberturas de crédito suplementar nos valores de R\$ 20 milhões e R\$ 35 milhões.

No total, os decretos financeiros assinados pelo governador Rui Costa (PT) preveem a destinação de verbas também para as secretarias de Administração, Educação e Desenvolvimento Rural.

A abertura de crédito suplementar nada mais é do que a realocação de verbas de uma área para a outra por parte de um governo. Ou seja, dentro do orçamento já estipulado para aquele exercício, é possível, diante da necessidade, que se retire peça crédito suplementar para cobrir as despesas extras de um setor.

Tribuna

Baianos já enviaram mais de 486 mil declarações do IR

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Até ontem em todo o Brasil, mais de 12 milhões (12.037.775) de declarações foram recebidas pelos sistemas da Receita Federal do Brasil (RFB). A Bahia enviou 486.912 declarações. Salvador lidera o ranking com 173.615 declarações enviadas seguida por Feira de Santana com 25.742 envios. A Receita Federal espera que 32 milhões de contribuintes entreguem as declarações neste ano.

Devido a pandemia do coronavírus, o prazo de entrega da declaração é de 30 de junho. Entre as novidades é bom frisar também que a exigência de se informar o número constante no recibo de entrega da última declaração de ajuste anual foi retirada.

As mudanças objetivam evitar aglomerações de contribuintes no atendimento da RFB, bem como em empresas ou instituições financeiras, de modo a contribuir com o esforço governamental de diminuir a propagação do novo coronavírus.

De acordo com a Assessoria de Comunicação da Superintendência da Recei-

base equivalente para comparação. Nessa mesma data, no ano passado, só faltavam 3 dias para terminar o prazo. Agora estamos chegando no meio do prazo."

As orientações sobre a Declaração do IRPF 2020 estão disponíveis em: <http://receita.economia.gov.br/interface/cidadao/irpf/2020>. A multa para o contribuinte que não fizer a declaração ou entregá-la fora do prazo será de, no mínimo, R\$ 165,74. O valor máximo será correspondente a 20% do imposto devido.

Deve declarar o IR neste ano quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2019. O valor é o mesmo da declaração do IR do ano passado. Contribuintes que receberam rendimentos isentos, não-tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma tenha sido superior a R\$ 40 mil no ano passado; Quem obteve, em qualquer mês de 2019, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas; Quem teve, em 2019, receita bruta em valor superior a R\$ 142.798,50 em atividade

ta Federal do Brasil da 5ª Região Fiscal, "após a prorrogação da entrega até junho, mas mantido o cronograma original dos lotes de restituições a partir de maio, acreditamos que todos que puderem farão suas declarações bem antes do final do prazo, já foram mais de 12 milhões de declarações recebidas", Francisco Lessa, auditor-fiscal, superintendente da Receita Federal na 5ª Região Fiscal, que abrange os estados da Bahia e Sergipe.

Lessa também alerta que "antes da prorrogação do prazo, a entrega vinha sendo maior do que no ano passado. Agora perdemos a

rural; Quem tinha, até 31 de dezembro de 2019, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300 mil; Quem passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês do ano passado e nessa condição encontrava-se em 31 de dezembro de 2019; Quem optou pela isenção do imposto incidente em valor obtido na venda de imóveis residenciais cujo produto da venda seja aplicado na aquisição de imóveis residenciais localizados no país, no prazo de 180 dias, contado da celebração do contrato de venda.

Na ponga do corona, a Petrobras vai se saindo do petróleo na Bahia

Na ponga da pandemia do corona e da vertiginosa queda no preço do barril do petróleo, a Petrobras paralisou a produção de petróleo nos campos de Candeias, Rio Pojuca (Pojuca), Água Grande, em Catu, e Dom João, em São Francisco do Conde.

Deu prazo de um mês, um mês e meio para avaliar uma expectativa de retomada. Até lá, o pessoal concursado relocou-se para algumas refinarias, como a RIAM. O terceirizado, mais de mil pessoas, está no gatilho para a demissão.

O cenário aí, segundo Radio-

valdo Costa, diretor de comunicação do Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro), pode significar o fim da exploração do petróleo nos chamados campos maduros, o que já era uma intenção ganhou um alibi.

PRODUÇÃO — Segundo Radiovaldo, a conclusão é lógica:

— Esses quatro campos desativados respondem por 35% da produção baiana. Com eles fora, a produção cai de 32 mil barris por dia para 18 mil ou 20 mil no máximo. Vão dizer que não justifica manter a es-

trutura que tem para isso.

Nos 11 municípios baianos que exploram petróleo trabalham cinco mil pessoas, 900 concursados da Petrobras, os demais terceirizados. Segundo Radiovaldo, o prejuízo é geral:

— Só Alagoinhas vai perder aí de ISS e royalties algo em torno de R\$ 11 milhões.

E o barco navega por aí. Semana passada a Petrobras comunicou por e-mail às empresas Braserv, de Alagoinhas, e Ferbra, de Catu, para parar de operar as sondas. Só aí, 350 desempregados.

COVID-19 Queda aconteceu mesmo com a alta do consumo residencial

CONSUMO DE ENERGIA CAI 12% COM REDUÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL

BRUNO BRITO*

Cerca de um mês após a implementação das medidas de isolamento social, por conta do combate a pandemia do novo coronavírus, a Bahia registrou uma queda de 12% no consumo de energia desde que as medidas de combate à Covid-19 começaram a vigorar. De acordo com a Câmara de Comercia-

dencial, chegamos a redução de 12% do consumo de energia elétrica", explicou Carlos Dornellas, gerente-executivo de segurança de mercado & informações da CCEE.

No estado, os setores mais impactados durante este período foram os de veículos, veículos minerais não metálicos, serviços, químicos, comércio e metalurgia. Em

lização de Energia Elétrica (CCEE), órgão responsável pelo estudo, a redução é reflexo da diminuição das atividades industriais.

"O consumo residencial não teve redução, porque as pessoas estão mais em casa. A diferença é que, no setor industrial e no comércio, houve uma redução no consumo. O maquinário que temos em casa consome muito menos energia do que os grandes equipamentos que temos em indústrias. Então, como o consumo industrial é mais pesado que o resi-

dentado, chegamos a redução de 12% do consumo de energia elétrica", explicou Carlos Dornellas, gerente-executivo de segurança de mercado & informações da CCEE.

Depois da crise

Para o gerente-executivo da CCEE, um cenário de retomada e de regularização do consumo só será possível caso as fábricas consigam suportar o momento de crise. "Assim como vimos essa queda, vamos acompanhar



Em casa, Larissa viu a conta de energia elétrica pular de R\$ 91 para R\$ 120

a subida desse consumo, ao nível que estávamos. Mas isso só será possível se houver sustentabilidade das fábricas. Aquelas mais robustas tendem a suportar essa crise e retomar o patamar de consumo, mas existem outras, que não são tão planejadas e não retomarão o nível de consumo de antes", indicou.

Se entre as fábricas o consumo está reduzido por conta da diminuição das atividades industriais e redução de pessoal, nas residências,

o consumo tem se elevado. Passar o período de quarentena em casa implica um maior uso de eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos, como televisão, notebook e rádios. Foi assim que Larissa Gavazza, 28, estudante de engenharia civil, viu a conta de energia saltar de R\$ 91 para R\$ 120.

Ela que, em meio à quarentena, está tendo aulas virtuais, precisa passar horas em frente ao computador. "Houve um aumento relevante no consumo de

energia. Por conta do isolamento social, as minhas aulas da faculdade passaram a ser virtuais. Sendo assim, a utilização do computador se torna essencial. Eu só utilizava o computador para fazer trabalhos nos finais de semana, agora mantenho a utilização dele diariamente", explicou.

O período de quarentena também foi responsável por mudar toda a rotina da casa. Na falta da opção de lazer, só resta assistir a filmes e séries na televisão. Sem a possi-

bilidade de ir à praia ou clubes, para escapar do calor, o uso do ventilador se intensificou. Todos esses são fatores que contribuíram para o aumento.

"Já que não podemos desfrutar de lugares e pontos turísticos na nossa cidade, só resta assistir a filmes e séries pela TV, o que me deixa horas assistindo. Ainda tem o calor, que a nossa cidade faz, o ventilador passou a ser meu amigo e fica 24h ligado. Já na questão da preocupação com o coronavírus, a máquina de lavar foi outro eletrodoméstico que contribuiu com o aumento. Como o recomendado é, sempre que for necessário sair de casa, lavar a roupa quando chegar, ela se tornou mais uma parcela no aumento do consumo de energia", destacou Larissa.

Também enfrentando o aumento nas despesas com energia elétrica, Antônio Soares, 44, pedreiro, encareceu um aumento de R\$ 30 na conta de energia. Com um gasto médio de R\$ 100 com a conta de energia, devido à pandemia, o valor chegou a R\$ 130.

"Estou passando mais tempo em casa. Nesse período de quarentena, não estamos tendo como trabalhar, então só resta ficar em casa. Assisti mais televisão, uso mais os eletrodomésticos, toda hora estou carregando o celular. Não dava para ima-

ginar algo diferente. O lado negativo é que não estou trabalhando, então ter qualquer aumento em contas não ajuda muito", destacou.

A reportagem de A TARDE entrou em contato com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) para obter dados sobre o consumo de energia elétrica durante o período de isolamento social, mas não obtivemos resposta até o fechamento desta matéria.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA
MEIRE OLIVEIRA

Paulo Guedes garante que o governo manterá teto de gastos

ANDREIA VERDÉLIO

Agência Brasil, Brasília

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que não será necessário suspender o teto de gastos, pois os recursos para a saúde estão garantidos, para os gastos extras em função da pandemia do novo coronavírus. "Para que falar em derrubar o teto se é o teto que nos protege contra tempestade?", argumentou ao lado do presidente Jair Bolsonaro, ao sair de uma reunião no Palácio da Alvorada.

Guedes explicou que o governo está usando outros instrumentos para garantir os recursos. Com o reconhecimento do estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional, o Executivo

ficou dispensado de cumprir a meta de superávit. "Pela regra de ouro você não pode se endividar para pagar gasto corrente. Mas como é gasto emergencial, é gasto de saúde, então pode endividar. Se faltasse dinheiro para saúde, poderíamos romper o teto, mas não é o caso", disse.

Em vigor desde 2017, o teto de gastos limita o aumento das despesas federais ao aumento da inflação do ano anterior. A medida vale por 20 anos.

Servidores

De acordo com Guedes, deve ser aprovado esta semana no Senado Federal mais um programa de envio de recursos aos estados e municípios. Em contrapartida, o go-

verno negocia com o Congresso uma proposta de suspensão de reajuste de salário dos servidores públicos por um ano e meio.

"Precisamos também que o funcionalismo público mostre que está com o Brasil, que vai fazer um sacrifício pelo Brasil, não vai ficar em casa trancado com geladeira cheia, assistindo à crise, enquanto milhões de brasileiros estão perdendo emprego. Eles [servidores públicos] vão colaborar, eles vão ficar sem pedir aumento por algum tempo", disse Guedes, garantindo que nenhum direito existente será retirado.

Para o ministro Paulo Guedes, o Congresso é reformista e apoia a pauta de reformas do presidente Jair Bolsonaro.

Governo propõe congelar salário de servidor

Das Agências

REPORTAGEM

correio24horas@redebahia.com.br

O ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), defenderam, ontem, a proibição de reajuste nos salários de servidores federais, estaduais e municipais por até 18 meses como contrapartida de estados e municípios no projeto de ajuda financeira da União, que deve ser votado ainda nesta semana. Com a medida, a estimativa passada pela equipe econômica do governo é de que sejam poupados R\$ 130 bilhões durante o período.

O presidente do Senado é o relator da proposta e prevê a apresentação de seu parecer inicial para quinta-feira. A votação deve acontecer no sábado, por causa do feriado do Dia do Trabalho na sexta-feira.

Alcolumbre se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes, no início da tarde de ontem. "Acho que é uma conquista essa conciliação com o governo, protegermos por 18 meses a conta (da União). E a gente tem que lembrar que, pela proposta, não reajustar os salários de municípios, estados e União. A conta que me deram hoje (ontem), a gente está falando de economia, ou seja, recursos que vão sobrar para os cofres da União, dos estados e dos municípios, na monta de R\$ 130 bilhões em 18 meses", afirmou o parlamentar.

Uma proposta de ajuda, sem essa contrapartida, já foi aprovada pela Câmara dos Deputados. A ideia é que o governo federal ajude estados e municípios a recompor as perdas causadas pela pandemia na arrecadação de ICMS e do ISS.

O projeto que recebeu aval dos deputados pode gerar um impacto de ao menos R\$ 93 bilhões nas finanças públicas, estimou o Ministério da Economia. A União considera o valor alto e, por isso, negocia mudanças com os senadores. A estratégia do Ministério da Economia é propor limitações aos estados e municípios, como o congelamento dos salários do funcio-

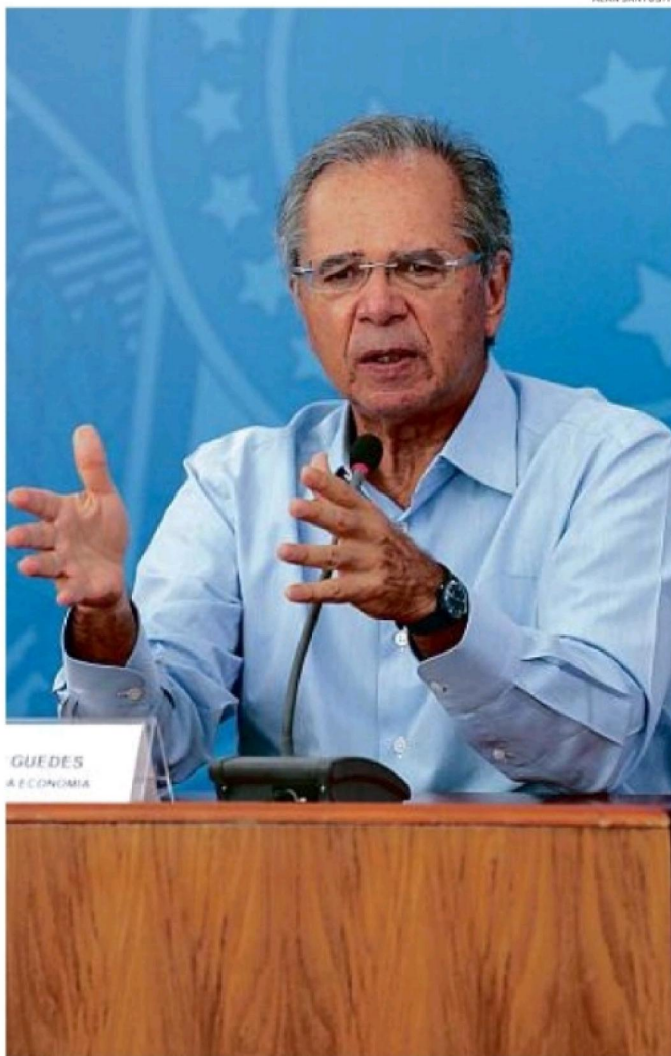
Ministro Paulo Guedes disse que que servidor deve fazer sacrifício e não pedir aumento pelos próximos meses

66 Servidores vão colaborar, eles vão também ficar sem pedir aumento por algum tempo. Por atenção aos brasileiros, não peçam aumento por um ano e meio, contribuam com o Brasil
Paulo Guedes

Ministro da Economia

66 Acho que é uma conquista do país essa conciliação com o governo, protegemos por 18 meses a conta da União
Davi Alcolumbre

Presidente do Senado



Crise Medida tem o apoio do Senado e é condição da União para socorrer estados

nalismo, para possibilitar o custeio dessa ajuda.

SACRIFÍCIO

Ontem pela manhã, o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu que servidores públicos façam um sacrifício e mostrem "que estão com o Brasil" em meio à crise econômica causada pelo novo coronavírus. Ao lado do presidente Jair Bolsonaro, o chefe da equipe econômica se mostrou contra reajustes salariais no funcionalismo público no próximo um ano e meio.

"Precisamos que o funcionalismo público mostre que está com o Brasil, que vai fazer um sacrifício pelo Brasil, não vai ficar em casa trancado com a geladeira cheia assistindo a crise enquanto milhões de brasileiros estão perdendo empregos. Eles vão colaborar, vão ficar sem pedir aumento por um tempo", afirmou Guedes.

Com discurso em tom confiante, o ministro afirmou que o Brasil "irá surpreender". "Estamos no caminho da prosperidade e não do desespero", disse. "É claro que o mundo inteiro está gastando

mais agora por causa da crise, então nós também temos que gastar mais. Só que é um ano excepcional, extraordinário. O ano que vem e este ano mesmo já voltamos com as reformas. E ao no que vem, já vamos estar certamente crescendo", complementou. Guedes disse ainda que, diante da crise do coronavírus, foi necessário fazer um ajuste na política, passando de reformas para medidas emergenciais. "Presidente deixou muito claro desde o início que nós fomos preservar vidas e empregos. Estamos desde o início dessa crise lançando uma camada de proteção para os mais frágeis", explicou.

Segundo ele, o Brasil já estava "decolando" quando a crise começou, mas garantiu que dará seguimento às reformas com o apoio do Congresso, e que a economia brasileira vai "surpreender o mundo de novo". "Vamos prosseguir com as reformas, trazer bilhões em investimentos em saneamento, infraestrutura. Ano que vem certamente estaremos crescendo", acrescentou.

130

bilhões de reais é a economia prevista com o congelamento dos salários dos servidores públicos federais, estaduais e municipais por até 18 meses, segundo o governo federal

93

bilhões de reais é o impacto nas contas públicas de um pacote de ajuda aos estados e municípios, sem contrapartidas, aprovado pela Câmara dos Deputados

Bolsonaro: quem 'dá o norte' à economia é Guedes

O presidente Jair Bolsonaro fez um afago ontem ao ministro da Economia, Paulo Guedes, ao dizer que é seu "Posto Ipiranga" quem decide sobre a política econômica. O presidente, no entanto, quer que o ministro negocie com os colegas um plano de recuperação econômica para começar ainda em 2020.

"Acabei mais uma reunião aqui tratando de economia. E o homem que decide a economia no Brasil é um só: chama-se Paulo Guedes. Ele nos dá o norte, nos dá recomendações e o que nós realmente devemos seguir", disse Bolsonaro, em frente ao Palácio da Alvorada.

O entendimento de auxiliares do Planalto é que qualquer sinal de enfraquecimento do ministro da Economia pode potencializar uma instabilidade no governo. Bolsonaro é alvo de 31 pedidos de impeachment na Câmara de Deputados e de um pedido de investigação da Procuradoria-Geral para que o Supremo Tribunal Federal (STF) apure as acusações do ex-ministro da Justiça, Sergio Moro.

A declaração ocorre uma semana depois de o ministro-chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto, anunciar um programa de recuperação econômica e social, o Pró-Brasil, sem a participação da equipe de Guedes. A iniciativa fomentou rumores de que Guedes poderia deixar o governo porque o plano prevê o aumento de gastos públicos em infraestrutura, contra o que defende a cartilha liberal do ministro.

INVESTIMENTOS

Apesar de reforçar a autonomia de Guedes, em reunião no Alvorada com a participação dos ministros Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) e Tereza Cristina (Agricultura), e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, Bolsonaro cobrou do ministro da Economia investimento para o pós-covid-19.

Campos Neto foi escalado por Guedes para alertar que a ganância de recursos públicos previstas no plano desenvolvimentista já tinha efeito no aumento dos juros futuros. "A disciplina fiscal é que vai nos manter em curso e fazer com que o País consiga viver com juros baixos e inflação controlada", reforçou Campos Neto ontem. "Queremos reafirmar a todos que acreditam na política econômica que ela segue, é a mesma", disse Guedes.

ALAN SANTOS/PR

Correio***24h****ECONOMIA**

8

Corte de salário deve flexibilizar consignado

FINANÇAS Os bancos estudam flexibilizar o crédito consignado, com desconto em folha de pagamentos, para trabalhadores cuja a renda foi impactada durante a crise gerada pelo novo coronavírus. Na mesa, as discussões visam a implementação de mudanças temporárias como, por exemplo, a adequação de parcelas de operações já contratadas para aqueles que tiveram seus salários reduzidos ou o contrato de trabalho suspenso no âmbito da medida provisória 936, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

As conversas em torno de flexibilizar o consignado em casos específicos - e não de forma indiscriminada, como já foi feito em outras modalidades -, estariam avançadas e devem

Com um saldo de quase R\$ 400 bilhões, o consignado representa hoje um terço da carteira de crédito a pessoas físicas

evoluir para um projeto de lei, detalha o executivo de um grande banco, na condição de anonimato. No caso de trabalhadores que tiveram seu salário e jornada reduzidos em 25%, por exemplo, a parcela do empréstimo contratada seria diminuída na mesma proporção. O mesmo raciocínio vale para aqueles que tiveram o contrato de trabalho suspenso, que teriam uma carência por igual período, com as parcelas mantidas no saldo devedor sob as mesmas condições.

O debate de flexibilizar o crédito consignado ocorre em meio à propagação de ações judiciais e decretos que solicitam a suspensão dos pagamentos em meio à pandemia. Evitar que essas determinações se espalhem e coloquem em risco uma das linhas mais seguras do mercado é um dos objetivos dos bancos, que já terão de

administrar o aumento dos calotes em meio à crise deflagrada pela covid-19.

Com um saldo de quase R\$ 400 bilhões, até fevereiro, o consignado representa hoje um terço da carteira de crédito a pessoas físicas, considerando recursos livres, de acordo com dados do Banco Central. O estoque aumentou nos últimos anos em meio à maior atenção dos bancos para a modalidade, que apesar de ser considerada "madura" no país, cresce a um ritmo anual de 15%.

Para os tomadores, o incentivo está no juro, um dos menores do mercado, considerando linhas voltadas às pessoas físicas. Conseqüentemente, também representa uma das inadimplências mais baixas justamente porque os bancos têm como garantia o desconto direto na folha de pagamentos dos trabalhadores.

CONFIANÇA DO CONSUMIDOR CAI FORTE

PESQUISA O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), recuou 22 pontos em abril, na comparação com março deste ano. Com isso, o indicador chegou a 58,2 pontos, em uma escala de zero a 200 pontos, o menor nível da série histórica iniciada em setembro de 2005. O mínimo histórico anterior era o de dezembro de 2015 (64,9 pontos). Tanto as avaliações sobre o presente quanto as expectativas em relação ao futuro recuaram.

VAREJO ESTÁ MENOS OTIMISTA, MOSTRA FGV

SONDAGEM O Índice de Confiança do Comércio (Icom), medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), teve queda de 26,9 pontos na passagem de março para abril deste ano. Com esse, que foi o maior recuo do indicador em toda a série iniciada em abril de 2010, o Icom chegou a 61,2 pontos, em uma escala de zero a 200. Esse também é o menor patamar do indicador na série. A confiança caiu em todos os seis segmentos pesquisados pela FGV.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Sinal pró-Guedes fortalece governo

O sinal do presidente Bolsonaro de fortalecimento do ministro Paulo Guedes veio na hora certa, porque havia ruídos demais se acumulando na equipe econômica e na própria economia. Mas a frase do presidente de que "o homem que decide a economia é um só, chama-se Paulo Guedes" não pode ser comprada pelo seu valor de face. Bolsonaro várias vezes atropelou o seu ministro da Economia. A entrevista acabou com a dúvida gerada pelo plano Braga Netto. Ontem, na equipe se respirava aliviado pelo recado de que Guedes continua sendo o condutor da política econômica e também pela confirmação da emenda aprovada no governo Temer. "Para que falar de derrubar o teto, se é o teto que nos protege durante a tempestade", disse Paulo Guedes.

O passo que estava sendo imaginado em áreas do governo era o de retirar as despesas com investimento público do cálculo do teto de gastos. Isso tem muitos defensores. O problema é que se fosse de fato proposto, seria o início de uma mudança completa de rumo. Um membro da equipe, com quem conversei, foi taxativo no domingo. "Se acontecer isso todo mundo sai". Paulo Guedes, antes da conver-

sa com o presidente, já havia dito para a equipe que ele não aceitaria essa mudança de rumo. Se Guedes saísse agora, com toda a sua equipe, seria mais um desmoronamento em um governo já fragilizado pelo comportamento errático e conflituoso do presidente. Por isso, o movimento de ontem, logo de manhã, ajudou o próprio governo.

Antes da pandemia, Bolsonaro havia dado sinais de dúvida em relação à agenda de reformas. Isso ficou claro no adiamento do envio da reforma administrativa. Primeiro ele disse que ela seria discutida com os outros ministros, depois marcou e desmarcou diversas vezes a data de envio. Por fim, deixou a proposta em banho-maria. O presidente disse a Guedes que não queria abrir uma briga com o funcionalismo. E sugeriu mu-

O ministro recebeu reforços ontem, mas adulou o presidente com exageros

danças que enfraqueceram a reforma. Ontem, sintomaticamente, Paulo Guedes fez apenas um apelo para que o funcionalismo não peça aumento salarial. Aos estados impôs como condição para o socorro a proibição de reajuste por dois anos. Isso não foi feito para o servidor federal.

Paulo Guedes aproveitou o momento em que o chefe o fortalecia para dar o troco a quem

apresentou o Pró-Brasil. Chamou de "estudos", disse que será feito dentro do programa de "estabilidade fiscal". Lembrou que quando o governo investe, "o Tesouro é o caixa". Para deixar mais claro ainda seu pensamento. "O que nós não podemos fazer é justamente um plano nacional de desenvolvimento, como antigamente". Os velhos PNDs da época do regime militar é a tendência natural do presidente. O desenvolvimento conduzido pelo Estado sempre foi o projeto no qual Bolsonaro acreditou.

Guedes aguentou vários sabores nos últimos 16 meses. Um deles foi a demissão de Joaquim Levy em entrevista na porta do Palácio. A explicação que Guedes deu à equipe foi que, apesar de não ter gostado da forma com o presidente agiu, Levy teria errado ao não ter dado uma satisfação ao presidente sobre a abertura da

caixa preta. Na verdade, o substituto de Levy, amigo dos filhos do presidente, Gustavo Montezano também não abriu caixa preta alguma. Depois Bolsonaro demitiu o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra. "Morreu em combate nosso valente Marcos", lamentou Paulo Guedes.

O ministro da Economia recebeu reforços ontem, mas adulou o presidente com exageros de linguagem para serem usados politicamente. Disse que o presidente "incluiu 50, quase 60 milhões de brasileiros na camada de assistência social e serviço de saúde." Quem incluiu brasileiros no serviços de saúde foi o SUS, e o auxílio emergencial foi uma construção com o Congresso, como bem lembrou Rodrigo Maia.

Em outro momento, fez o seguinte relato favorável a Bolsonaro: "O presidente diz: ninguém tira direito, ninguém tira salário, ninguém encosta em nenhum direito que existe hoje". Bom, isso valeu só para o funcionalismo, porque os trabalhadores privados estão perdendo emprego e renda, caminho facilitado pelas decisões do governo. Por fim, Guedes garantiu o que ainda é incerto: que o país vai retomar o crescimento rapidamente. Em "V", como ele prometeu.

ECONOMIA

Embraer abre arbitragem após Boeing rescindir contrato

AVIAÇÃO A Embraer anunciou ontem que iniciou procedimentos arbitrais contra a Boeing, depois que a companhia americana anunciou no último sábado o rompimento de acordo para comprar a divisão de aviação comercial da empresa brasileira - um negócio avaliado em US\$ 4,2 bilhões. Na Bolsa de Valores, as ações da Embraer chegaram a despencar mais de 14% no início do pregão, para o fechar o dia com um recuo de 7,49%.

A arbitragem é um mecanismo usado na solução de conflitos que prescinde da Justiça. Em vez de um juiz, a negociação é conduzida por uma terceira parte escolhida pelos próprios envolvidos no litígio. Uma decisão costuma sair mais rápido do que na Justiça comum. A comunicação da Embraer foi feita por

7,49%

foi a queda das ações da brasileira Embraer no pregão de ontem, na Bolsa de Valores de São Paulo

meio de fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A empresa não esclarece se, além da arbitragem, vai abrir também uma ação judicial.

O anúncio da Boeing se deu em meio a maior crise de sua história, que envolve dois acidentes com seu principal avião, o 737 MAX, e a paralisação do setor aéreo em decorrência da pandemia da covid-19. A companhia alegou que a Embraer não teria atendido todas as condições negociadas em contrato. Já a Embraer acusou a americana de ter rescindido o contrato de forma indevida.

Segundo relatório do banco UBS, a fabricante brasileira deve agora encarar um futuro "desafiador" tanto por causa do fim do negócio como pela crise causada pela covid-19. "As ofertas de jatos regionais da Embraer provavelmente enfrentarão uma seca de demanda nos próximos 12 meses, tornando as coisas ainda mais de-

safiadoras", diz.

"A administração da companhia esperava que a injeção de liquidez na joint venture reforçaria o balanço em uma posição líquida de caixa e melhoraria seus negócios de jatos executivos e de defesa", acrescenta o relatório. Pelo acordo fechado em 2018, a Embraer teria 20% de participação na nova empresa e, portanto, uma fonte de recursos para injetar em seus negócios remanescentes - as divisões de aviação executiva e de defesa.

Já o BB Investimentos destacou, também em relatório, que enquanto o governo americano indica a possibilidade de ajudar a Boeing a enfrentar a crise decorrente do coronavírus, as conversas de empresas brasileiras com o BNDES estão ainda travadas, sobretudo no setor aéreo - um cenário que prejudica a Embraer ainda mais. Segundo o banco, o foco agora da empresa deve ser sua reestruturação para proteção do caixa.

CAIXA INFORMA QUE JÁ PAGOU R\$ 27,7 BILHÕES

AUXÍLIO A Caixa Econômica Federal informou que, desde o dia 9 de abril, quando teve início o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600, até as 16h de ontem, já creditou R\$ 27,7 bilhões para 39,1 milhões de brasileiros.

Até agora, 48,4 milhões de pessoas já concluíram o cadastro no site e no aplicativo, por meio do qual informais, autônomos, desempregados e MEIs podem solicitar o benefício.

O site auxilio.caixa.gov.br superou a marca de 393,4 milhões de visitas e a central exclusiva 111 registra mais de 88,7 milhões de ligações. O aplicativo Auxílio Emergencial Caixa já soma 63,8 milhões de downloads e o aplicativo Caixa TEM, para movimentação da poupança digital, supera 52,7 milhões de downloads.

Mercado projeta queda de 3,34% na economia este ano

BOLETIM FOCUS A previsão de queda da economia este ano está cada vez maior, devido aos efeitos de medidas de isolamento social necessárias para o enfrentamento da pandemia de covid-19. Pela 11ª semana seguida, as insti-

tuições financeiras revisaram a projeção de queda do Produto Interno Bruto (PIB), soma dos bens e serviços produzidos no país. Desta vez, a estimativa de queda passou de 2,96% para 3,34%.

A informação consta do

boletim Focus, com projeções de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos, divulgado às segundas-feiras pelo Banco Central. A previsão do mercado financeiro para o PIB de 2021 é de crescimento de 3%.

A previsão do mercado financeiro para cotação do dólar é R\$ 4,80, no final de 2020

Produção de gasolina tem queda de quase 8% no 1º trimestre

ENERGIA Diante da crise no coronavírus, a Petrobras viu sua produção de gasolina recuar 7,9% no primeiro trimestre de 2020 na comparação com igual período do ano anterior, para 360 mil barris por dia. Ante o trimestre imediatamente anterior, a queda foi de 5,3%.

A empresa explicou que a produção caiu na esteira das menores vendas no mercado interno, reflexo também de fatores sazonais, além do aumento de participação da gasolina importada na comparação com igual período de 2019. A venda caiu 14,3% e 13,8% na comparação com o primeiro e quarto trimestre de 2019, respectivamente, para 330 mil bpd.

A produção de gás liquefeito de petróleo (GLP) da estatal aumentou 5,1% no trimestre na comparação com o primeiro e quarto tri-

A produção de gás liquefeito de petróleo (GLP) da estatal aumentou 5,1% no trimestre

mestre de 2019, para 124 mil bpd. A empresa disse que, apesar da redução das atividades nas unidades de craqueamento catalítico na Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, e na Replan, a produção de GLP não sofreu impactos, em função da redução na produção de gasolina ocasionada pela queda na demanda.

Já as vendas recuaram 3,5% na comparação trimestral, para 220 mil bpd, sobretudo por questões de sazonalidade. "A partir de março houve aumento do consumo do derivado no segmento residencial, ocasionado pelas medidas de isolamento social. O suprimento do mercado de GLP foi plenamente garantido a partir de medidas operacionais nas refinarias e unidades de tratamento de gás, complementadas por importações", disse a estatal.

Enquanto isso, a produção e querosene de aviação (QAV) foi de 108 mil bpd, crescimento de 8% na com-

paração trimestral, mas queda de 4,4% na comparação anual. Já as vendas recuaram 7,4% e 11,1% na comparação com o quarto e primeiro trimestre de 2019, respectivamente, para 112 mil bpd.

A Petrobras confirmou que vai estender para outros aeroportos a testagem de todos os trabalhadores que vão embarcar em plataformas para detectar anticorpos para o coronavírus.

A empresa já estava fazendo a testagem rápida para covid-19 desde o último dia 20 no Aeroporto de Jacarepaguá, segundo informou o Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo (Sindipetro-ES).

Desde o início de abril, a Petrobras vinha utilizando o teste RT-PCR (reação em cadeia da polimerase com transcrição reversa), exame que detecta a presença de material genético no organismo para pesquisa de Covid 19, apenas nos colaboradores que apresentavam sintomas da doença.

Quarentena eleva o consumo e a inflação dos alimentos

MAIS DESPESAS O consumidor tem sentido no bolso o aumento de itens básicos da cesta de alimentos desde o início do avanço da pandemia da covid-19 no Brasil. O aumento médio dos principais itens da cesta básica foi de 1,8% - a variação foi de -0,06% (entre 08 de fevereiro e 07 de março) para 1,86% (entre 23 de março e 22 de abril), comparando os períodos pré e pós-pandemia. Os dados são do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Para o economista André Braz, coordenador do levantamento, como as famílias estão em casa, a procura por itens nos mercados aumentou. "As famílias passaram a fazer todas as refeições em casa. E pedir comida em restaurante custa mais caro. Então a melhor opção é comprar no mercado".

Outros fatores também ajudaram a elevar os preços, como efeitos sazonais e a alta do dólar. "Tivemos uma safra de feijão menos expressiva. Por isso os preços avançaram tanto", analisou o especialista.

EMERGENTES VÃO PRECISAR DE US\$ 2,5 TRI PARA SUPERAR CRISE

FUNDO MONETÁRIO A diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, afirmou que, desde o início da pandemia, a fuga de capitais de países emergentes já somou cerca de US\$ 100 bilhões e que essas economias vão precisar de US\$ 2,5 trilhões para superar a crise. "Estamos muito preocupados com países emergentes e em desenvolvimento", disse, durante seminário virtual promovido pelo think tank Atlantic Council. Durante o evento, Georgieva revelou que o FMI projeta que 170 países devem registrar contração no Produto Interno Bruto (PIB) este ano, comparado com a previsão, antes da covid-19, de que 160 teriam expansão. Para ela, a recessão pode ser pior que a projeção de retração de 3% no PIB global.

BALANÇO

15,881

bilhões de reais foi o volume de vendas consolidadas do Grupo Carrefour Brasil no primeiro trimestre

Tribuna

“Homem que decide economia chama-se Guedes”

MARILLA SABINO, O ESTADO DE S. PAULO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem, na porta do Palácio da Alvorada, que o “homem que decide a economia” no Brasil é o ministro da Economia, Paulo Guedes.

“Acabei mais uma reunião aqui tratando de economia. E o homem que decide a economia no Brasil é um só: chama-se Paulo Guedes. Ele nos dá o norte, nos dá recomendações e o que nós realmente devemos seguir”, disse Bolsonaro.

Ele fez a declaração ao sair de uma reunião com Guedes, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Os ministros estavam ao lado de Bolsonaro durante a fala.

Guedes afirmou que o governo segue firme em sua política econômica de responsabilidade fiscal. Segundo ele, os gastos extraordinários feitos pelo governo em decorrência da crise do novo coronavírus são uma “exceção” na condução da política econômica. “Queremos reafirmar a todos que acreditam na política econômica que ela segue, é a mesma

política econômica”, disse. “Quando há um problema, como de saúde, o presidente fala: ‘Olha vamos para um programa de exceção’.”

Como mostrou o Estado, o ministro da Economia entrou em atrito com colegas na Esplanada e expôs sua contrariedade com o plano econômico anunciado na semana passada para o período pós-pandemia do coronavírus.

Guedes chegou a escalear o presidente do BC para alertar que o Plano Pró-Brasil - que prevê o aumento de investimentos públicos em infraestrutura - atrapalha atuação do BC na condução da política de juros.

Depois de Luiz Henrique Mandetta, demitido da Saúde, e da saída de Sérgio Moro do ministério da Justiça, Guedes entrou no processo de “fritura” deflagrado por uma ala do governo por insistir no discurso de manutenção da sua política de ajuste fiscal. Integrantes da equipe econômica não estiverem presentes na cerimônia de lançamento do programa.

As especulações no mercado sobre uma possível saída de Guedes aumentaram após as demissões de Mandetta e de Moro terem sido motivadas pela interferência do presidente nas duas pastas. A pergunta que agora se faz no meio políti-



BOLSONARO

Presidente deu todo o poder da economia para o ministro Paulo Guedes

co é se Guedes vai aceitar uma ingerência de Bolsonaro em suas ações. Os dois ex-colegas de Esplanada não aceitaram.

Apesar da pressão, o ministro tem dito a interlocutores que não há nenhuma intenção de deixar o cargo, mas também não pretende mudar sua política econômica de aumento dos investimentos via iniciativa privada.

“O programa Pró-Brasil, na verdade, são estudos justamente na área de infraestrutura, de construção civil, são estudos adicionais para ajudar nessa arrancada de crescimento. Isso vai ser feito dentro dos programas de recuperação de estabilidade fiscal nossa”, disse Guedes hoje. “Nós não queremos virar Argentina, nós não queremos virar Venezuela. Estamos em outro caminho,

estamos no caminho da prosperidade, e não no caminho do desespero”.

O Pró-Brasil foi criticado por integrantes da equipe econômica por envolver aumento de gastos públicos e chegou a ser apelidado de Dilema 3. A referência “Dilema 3” é uma alusão ao que seria uma continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que teve duas eta-

pas durante os governos do PT e cujos gastos podiam ser abatidos do esforço necessário para cumprir a meta fiscal.

Segundo Guedes, o governo poderá ampliar investimentos próprios em infraestrutura, mas sem criar grandes planos de desenvolvimento, a exemplo dos criados em governos anteriores.

“O Tesouro não investe, o Tesouro é o caixa. Quem investe é o governo, se decidir. E o governo, sim, aumenta investimentos em infraestrutura. Acabamos de conversar com ministro Tarcísio, não tem problema nenhum. O que não podemos fazer é justamente planos nacionais de desenvolvimento, como era antigamente, porque a nossa direção é outra. O excesso de gastos de governo corrompe a democracia brasileira, estagna a economia brasileira”, afirmou.

Guedes voltou a defender o teto de gastos, regra da Constituição que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação.

“Se faltasse dinheiro para saúde, nós até poderíamos romper (o teto), mas não é o caso. Tudo que os governadores pediram, levaram. [...] Para que falar em derrubar o teto se é o teto que nos protege contra a tempestade”, afirmou.

“Servidor não pode ficar em casa”, diz ministro

MARINA BARBOSA, DO CORREIO BRAZILIENSE

O ministro da Economia, Paulo Guedes, indicou que o governo pode avançar, nesta semana, com o plano que prevê o congelamento dos salários dos servidores públicos federais. A ideia, segundo Guedes, é não liberar aumentos por um ano e meio, pois o funcionalismo não pode “ficar em casa trancado com a geladeira cheia assistindo à crise [do coronavírus], enquanto milhões de brasileiros estão perdendo o emprego”.

“Precisamos também que o funcionalismo público mostre que está com o Bra-

sil, que vai fazer um sacrifício pelo Brasil, não vai ficar em casa trancado com a geladeira cheia assistindo à crise enquanto milhões de brasileiros estão perdendo o emprego. Não! Eles vão colaborar, eles vão também ficar sem pedir aumento por algum tempo”, afirmou Paulo Guedes nesta segunda-feira (27/), na saída do Palácio da Alvorada, depois de uma reunião com o presidente Jair Bolsonaro.

O ministro ainda disse que, nesta semana, deve haver novidades sobre esse assunto. “O presidente disse que ninguém tira direito, ninguém encosta em nenhum direito que existe hoje. Mas,

por atenção dos brasileiros e para nos ajudar no combate a essa crise, não pedem aumento por um ano e meio. Contribuam para o Brasil. Essa semana mesmo devemos ter essa novidade. Um plano importante, estruturante, que mostra uma contrapartida”, declarou.

Guedes argumentou que o congelamento salarial representaria a contrapartida dos servidores à crise da Covid-19. Afinal, reduziria o aumento dos gastos públicos nos próximos meses, quando o governo vai precisar pagar a conta dos gastos extraordinários que foram necessários durante a pandemia do coronavírus.

IDEIA ANTIGA

O ministro já defendeu essa proposta em outras oportunidades, inclusive em conversas com os parlamentares que precisarão aprovar o congelamento. Porém, nas outras ocasiões havia defendido o congelamento salarial por dois anos e não por um ano e meio, com sugeriu nesta segunda.

Além disso, o ministro ainda não deixou claro de que forma o congelamento será tratado pelo governo, se será através de uma nova proposta de emenda à Constituição (PEC), por meio da reforma administrativa ou da PEC Emergencial que já está no Congresso.

Tribuna

LUIZ HOLANDA

A economia depois do coronavírus

A crise do coronavírus, do ponto de vista econômico, colocou o mundo em estado de guerra. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), vai levar anos para se recuperar do impacto dessa pandemia. O choque econômico atual é maior do que a crise financeira de 2008 e da de 2001, após os ataques de 11 de setembro, nos Estados Unidos.

Todo o problema está no desemprego, que deverá aumentar após o isolamento social e a suspensão das atividades comerciais. De igual modo, ninguém sabe como fazer para salvar as pequenas e médias empresas que já estão praticamente na falência. A Inglaterra, por exemplo, anunciou que pagará parte dos

salários dos trabalhadores e empresários durante a crise. E o Brasil? Tem condições de fazer o mesmo?

Para piorar a situação, a saída de Sergio Moro do governo trouxe incertezas sobre a continuidade dos projetos de reformas e aumentou o pessimismo em uma atividade já recessiva. Segundo Samuel Pessoa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), "Depois da saída do ministro da Justiça, a capacidade de o governo (Bolsonaro) fazer qualquer coisa é muito baixa".

A escolha de Paulo Guedes para lidar com a área econômica fez a administração Bolsonaro assumir um tom reformista e liberal nas suas propostas, o que

foi visto como uma das bases de desenvolvimento bolsonarista. A incerteza ganhou novos contornos depois do lançamento do programa Pró-Brasil.

O plano de retomada econômica para superar a crise prevê a aplicação de R\$ 30 bilhões em investimentos em área pública para gerar 1 milhão de empregos. Guedes não compareceu ao lançamento da proposta, embora seja o único "homem que pode falar sobre economia", segundo Bolsonaro.

O aparecimento do coronavírus pegou o mundo de surpresa. A doença misteriosa que surgiu em dezembro na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei, na China, espalhou-se rapidamente pelos cinco continentes, assustando os profissionais da saúde pela facilidade de contágio e letalidade, especialmente entre os idosos. Só

no Brasil temos 63.584 casos confirmados com 4.300 mortes.

Nesse cenário de medo e instabilidade, os governos têm colocado suas armas para tentar evitar um colapso na economia, propondo medidas de contenção de perdas e de estímulo antes inimagináveis. O pico da pandemia ainda não chegou, e é impossível prever sua evolução.

A única chance é a união e a paz social, pois somente um esforço conjunto de todos os agentes pode evitar o pior. Por enquanto, as previsões são pessimistas. O coronavírus destruiu tudo, principalmente a economia. O que vem depois ninguém sabe; muito menos Paulo Guedes, por mais competente que seja.

Luiz Holanda é advogado e professor universitário.

Veículo: Política Livre	
Data: 27/04/2020	Caderno: Economia



27 de abril de 2020 | 22:00

Congelamento de salários dos servidores pode poupar R\$ 179 bi até 2021

ECONOMIA

Em troca do aumento para R\$ 50 bilhões do socorro federal aos Estados e municípios, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AC), fizeram um acordo para congelar os salários e as promoções de carreira dos servidores públicos até dezembro de 2021. Em 2022, ano de eleições, a concessão de reajustes volta a ser permitida.

A medida, que vale para União, Estados e municípios, tem impacto potencial de uma economia de R\$ 179 bilhões, de acordo com cálculos da equipe econômica que levaram em consideração o crescimento das despesas de pessoal nos últimos três anos. Desse total, R\$ 70 bilhões de economia nos Estados, R\$ 62 bilhões nos municípios e R\$ 47 bilhões na União.

Enquanto o governo estima que 24,5 milhões dos 33,6 milhões de trabalhadores com carteira assinada (ou seja 73% do total) terão os salários reduzidos ou os contratos suspensos em decorrência da crise provocada pelo novo coronavírus no Brasil, a “cota de sacrifício” sugerida a Guedes ao funcionalismo é ficar sem reajustes “por um ano e meio”.

Relator do projeto, o presidente do Senado deve apresentar o parecer até quinta-feira, 30, e convocar uma sessão extraordinária para votar o texto no sábado, deixando a proposta pronta para ser votada na Câmara dos Deputados.

A oferta inicial da equipe econômica era uma transferência de R\$ 40 bilhões em valor fixo, por três meses para Estados e municípios usarem nas ações de combate aos efeitos da pandemia da covid-19. Guedes ampliou a oferta para quatro meses, o que vai elevar o repasse para um valor próximo de R\$ 50 bilhões.

Veículo: Política Livre	
Data: 28/04/2020	Caderno: Economia



28 de abril de 2020 | 09:35

Dólar abre negociações do dia em queda, com melhora no cenário externo

O dólar abriu as negociações do dia em queda superior a 1%, cotado a R\$ 5,61, sendo que, pouco tempo depois, chegou a ser negociado abaixo do patamar de R\$ 5,60, conquistado na última sexta-feira, 24 – dia em que atingiu seu recorde nominal, quando não se desconta a inflação, R\$ 5,74. Nesta terça-feira, 28, fatores internos, como as nomeações à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, porém, podem realimentar preocupações políticas, o que pode levar a uma limitação no peso do cenário positivo no exterior. Às 9h13, a moeda americana era negociada a R\$ 5,60.

Nas casas de câmbio, o dólar turismo, de acordo com levantamento realizado pelo Estadão/Broadcast, chega a ficar próximo de R\$ 5,90.

O pânico nos mercados causado pela falta da dimensão real dos efeitos da pandemia nas economias ao redor do mundo tem atingido as moedas. Neste mês de abril, novo patamares e recordes foram estabelecidos, com dólar sendo negociado acima de R\$ 5,60, com recorde a R\$ 5,74, e euro, moeda oficial da União Europeia, R\$ 6,20. Para se ter uma ideia, ambas ultrapassaram pela primeira vez o patamar de R\$ 5 em março deste ano.

Em meio às incertezas provocadas pelo novo coronavírus, causador da covid-19, as Bolsas da Europa operam sem direção única no início do pregão desta terça. Nesta manhã, investidores acompanham os balanços trimestrais de grandes bancos e empresas do continente, como Santander, HSBC, BP e UBS. Além disso, estão atentos à forte queda do petróleo pela segunda sessão consecutiva.

Estadão

“Há 15 dias, a discussão não era não sobre reajuste de salário, mas de cortar 25% dos salários dos servidores estaduais, municipais e federais. Evitar o reajuste por 18 meses seria um gesto de contrapartida para o repasse”, afirmou Alcolumbre, em sessão remota do Senado.

Para a iniciativa privada, o governo passou a permitir acordos individuais para o corte de jornada e salários em até 70% por três meses e suspensão de contratos por dois meses.

O presidente Bolsonaro e parlamentares resistem a mexer no valor dos salários dos servidores públicos. Em entrevista, depois de reunião com Bolsonaro, no Palácio da Alvorada, Guedes disse que servidores públicos devem fazer sacrifício e mostrem “que estão com o Brasil” em meio à crise econômica causada pelo novo coronavírus.

“Precisamos também que o funcionalismo público mostre que está com o Brasil, que vai fazer um sacrifício pelo Brasil, não vai ficar em casa trancado com geladeira cheia e assistindo a crise enquanto milhões de brasileiros estão perdendo emprego”, afirmou Guedes, ao lado de Bolsonaro.

Os termos do projeto serão levados ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que articulou a votação do auxílio, por seis meses, atrelado à perda de arrecadação do ICMS e ISS, os dois tributos cobrados pelos governos regionais. O projeto da Câmara foi considerado pela equipe de Guedes uma bomba fiscal por não levar em conta um valor fixo para a compensação. Se a perda fosse de 30% em seis meses, a União teria que desembolsar R\$ 93 bilhões.

O projeto vai sair de uma “bomba”, conforme foi classificado o texto aprovado anteriormente na Câmara, para uma medida de socorro em plena pandemia e reestruturação pós-crise, dizem fontes.

Inicialmente, a proposta seria votada até quarta-feira, 29. A saída do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro do governo, porém, causou ruídos na agenda e adiou a discussão. “Os senadores entenderam a necessidade de aguardar mais três ou quatro dias para ganhar tempo. O que está sendo construído evita alteração na Câmara e garante apoio do governo. É uma união de esforços”, relatou a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet (MDB-MS), após conversa entre Alcolumbre e senadores.

O critério de distribuição discutido coloca o ICMS no cálculo e, em menor escala, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a população de cada Estado. O argumento é que a medida provisória 938/2020 já garante R\$ 16 bilhões de compensação do FPE e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), beneficiando Norte e Nordeste.

O líder do MDB no Senado, senador Eduardo Braga (AM), defendeu uma ajuda adicional para os municípios e uma distribuição mista dos recursos que não prejudique Estados e prefeituras do Norte e Nordeste. “Eu já fui prefeito, já fui governador. As pessoas não moram no governo do Estado, elas moram nos municípios”. A suspensão da rolagem da dívida durante a pandemia, segundo ele, também está prevista.

O líder da maior bancada no Senado afirmou que faz sentido o congelamento salarial dos servidores como medida de contrapartida. “Eu não tenho notícia de nenhum Estado que tenha reduzido salário e na iniciativa privada como nós sabemos muita gente vai perder o emprego e vai redução de salarial”.

Estadão Conteúdo

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 28/04/2020	



GUEDES EXPLICA PLANO QUE CONGELA SALÁRIO DE SERVIDOR



admin 28 Abril, 2020

O ministro da Economia, Paulo Guedes, propõe uma suspensão de reajustes e promoções dos servidores públicos federais, além do funcionalismo estadual e municipal, na negociação com o Senado para uma proposta de sociedade para governadores e prefeitos. Além disso, o governo aumentou três por quatro meses ou o prazo de duração da ajuda financeira, desde que haja contrapartida da suspensão dos reajustes salariais e promoções por dois anos. O projeto pode ser votado na próxima quarta-feira, 29, mas ainda não existe um acordo fechado.

Com uma extensão do prazo, o valor fixo de R \$ 40 bilhões, deve subir um pouco mais, admitir fontes ouvidas pelo Estadão / Broadcast. Os senadores querem um valor fixo de R \$ 80 bilhões, mas a equipe econômica considera esse patamar de repasse ainda muito alto. Guedes está diretamente à frente das negociações com o relator do projeto, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Os dois vão conversar ainda nesta segunda-feira, 27.

Já existe um acordo de que o socorro será dado por meio de um valor fixo e não mais atrelado à perda de arrecadação do ICMS e do ISS – os dois tributos cobrados pelos impostos regionais. Um levantamento está sendo feito sobre um desempenho de arrecadação durante uma crise. O valor em torno de R \$ 80 bilhões por seis meses, previsto pela Câmara, considera uma queda de 30%.

Depois da crise no tornozelo do Plano Pró-Brasil de aumento de investimentos públicos pós-pandemia, Guedes avalia que hora é que chama de “pacto dos governadores” com uma

contrapartida de ganhos de funcionalidade para conter o terceiro maior despesa posterior de gastos com juros e Previdência.

Ao Estadão / Broadcast , o líder do governo no Senado, o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), disse que as negociações avançaram para o prazo de quatro meses com uma contrapartida de congelamento, mas ainda não conseguiram um texto de acordo. “As negociações avançam mas ainda não alcançaram um texto de acordo.”

Em entrevista nesta segunda, depois da reunião com o presidente Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada, Guedes disse que os servidores públicos deveriam fazer sacrifício e exibir “que estão com o Brasil” em meio a crises econômicas causadas pelo novo coronavírus . “Precisamos também que a mesquita pública de funcionalidade que está no Brasil, que vai fazer um sacrifício pelo Brasil, não vai ficar em casa trancada com geladeira cheia e assistindo a uma crise enquanto milhões de brasileiros estão perdendo emprego”, afirmou Guedes, ao lado de Bolsonaro.

Foto: divulgação

Queda de arrecadação de Estados ameaça pagamento de servidores

Problema deve ser mais agudo em Minas Gerais, Rio e RS

Por **Marcos de Moura e Souza** — De Belo Horizonte

28/04/2020 05h01 · Atualizado há 3 minutos



Barbosa, secretário da Fazenda de MG: “Nossa expectativa é fechar abril com uma perda de arrecadação R\$ 1,150 bilhão” — Foto: Denio Simões/Valor

A queda abrupta de arrecadação provocada pela crise da covid-19, está colocando em risco a capacidade de alguns Estados de pagarem os salários dos servidores públicos. O problema deverá ser mais agudo em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que têm figurado no topo da lista dos Estados com pior situação fiscal do país.

Em suas últimas declarações, o governador de Minas, Romeu Zema (Novo) tem falado do assunto, preparado o terreno para um eventual atraso no pagamento dos salários. Ontem, em entrevista ao **Valor**, o secretário de Fazenda de Minas, Gustavo Barbosa, reforçou a mensagem.

“Nossa expectativa é fechar abril com uma perda de arrecadação R\$ 1,150 bilhão. E no mês que vem a nossa expectativa é de uma perda de arrecadação de R\$ 2,2 bilhões”, disse ele. Isso significa uma redução de cerca de 50% da arrecadação de maio. “No mês que vem, vamos arrecadar em torno de R\$ 2 bilhões e temos uma folha de pagamento de R\$ 3,5 bilhões. Então eu tenho um desafio grande.”

- **Sem auxílio da União, Rio pode ter crise em junho**
- **Banco de desenvolvimento de MG acelera desembolsos**
- **Alcolumbre quer congelar salários nos Estados**

O que ajudou a garantir o pagamento do salário de abril foi uma receita extraordinária de R\$ 781 milhões. Uma quantia que o Estado conseguiu receber referente a um precatório que estava na Justiça há duas décadas.

“Isso fez com que a gente tivesse condição de fechar este mês de uma forma menos ruim”, disse Barbosa. O problema é maio. “Para o mês de maio não temos expectativa nenhuma [de receita extra].”

No Rio Grande do Sul a situação é semelhante. Há quatro anos e meio os salários do funcionalismo são pagos com atraso. Nos piores momentos, os depósitos chegaram a atrasar 45 dias.

No início do ano o atual governador, Eduardo Leite (PSDB) conseguiu reduzir o atraso para 13 dias. Mas a situação voltou a piorar em março já com as medidas de isolamento e retração da economia em curso. O pagamento referente a março está sendo quitado totalmente apenas no dia 30 de abril.

A meta de arrecadação que Estado tinha para abril era de R\$ 3,1 bilhões. Mas deve fechar o mês com uma perda de aproximadamente R\$ 800 milhões. Só a folha do Poder Executivo gaúcho consome por mês R\$ 1,2 bilhão.

De modo geral, os recursos arrecadados em um mês geralmente são usados para pagar o salário do mês seguinte. Essa costuma ser a regra para todas as instâncias de governo. O problema dos Estados que já estão com dificuldades de pagamento dos salários é que os recursos que seriam usados para o pagamento dos salários de maio são os recursos que foram arrecadados em abril.

E foi durante todo o mês de abril que vigoraram em praticamente todo o país as medidas de isolamento social, com fechamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços. Essas medidas haviam afetado apenas a segunda quinzena de março.

Outro Estado como a situação fiscal delicada é o Rio Grande do Norte, da governadora Fátima Bezerra (PT). Quando Fátima assumiu, em janeiro de 2019, os servidores não haviam recebido o salário de novembro, de dezembro e tampouco o 13 de 2018. Parte do 13º de 2017 também estava pendente.

Ela pagou o salário de novembro e o décimo terceiro restante 2017 e se comprometeu a passar a pagar o salário em dia - e a negociar as pendências. Com a retração da economia e a perda de arrecadação, a capacidade de pagamento e de acertar salários em atraso dos servidores está sob pressão ainda maior.

Mas, para muitos Estados do Norte do Nordeste, a recomposição por parte da União das perdas com o Fundo de Participação dos Estados (FPE) tem um peso relevante como forma de atenuar as dificuldades fiscais. Essa, no entanto, não é a solução para o Sul e do Sudeste, onde o FPE tem pouco peso no caixa. Para esses Estados a solução seria a recomposição por parte da União da perda de arrecadação com ICMS.

É o que prevê o projeto de lei complementar 149 que já foi aprovado pela Câmara de Deputados, está sendo debatido no Senado, mas que enfrenta resistências da equipe econômica. “Se não tivermos a votação do PLP 149, não temos outra fonte de arrecadação que não ICMS e outros tributos”, lembra o secretário de Minas, Gustavo Barbosa, referindo-se aos impostos

cuja arrecadação está em franco encolhimento. O argumento é o mesmo que o do governo do Rio Grande do Sul. “Nós temos um imediatismo muito forte. O salário de maio já está chegando. A gente precisa que o projeto seja votado o mais depressa possível”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tênis fashion, leve, resistente e realinha a postura.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

Descubra como usar o número do seu INSS para conseguir crédito. Simule sem sair de casa
PB CONSIGNADO

LINK PATROCINADO

Elas foram nomeadas como "as mais bonitas do mundo" e agora elas cresceram
MEDICAREGRANNY

LINK PATROCINADO

Mãe suspeita que já tinha visto o noivo de sua filha antes, até que decide ver as fotos de um álbum antigo e se dá conta de algo totalmente inesperado
DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

Bahia: 24 cursos sem mensalidades para a população
CAPACITANDO O BRASIL

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPOWER CAPS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Yduqs conclui compra da Adtalem por R\$ 2,2 bilhões

VALOR INVESTE

Demitido há uma semana, Mandetta posta foto ao lado de Moro e manda 'parabéns' ao ex-juiz

VALOR INVESTE

Efeito Moro: Ibovespa afunda e dólar bate recorde com pedido de demissão

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

AES Holdings pede que B3 desconsidere ofício sobre voto de acionistas no Nível 2

Controladora da AES Tietê diz que, ao emitir documento, empresa que administra bolsa interferiu em disputa societária suspensa por retirada de proposta da Eneva

28/04/2020 09:46 — Em Empresas

Com crise econômica e política, mercado financeiro projeta rombo fiscal recorde este ano

A estimativa para o déficit primário do setor público passou de 5% para 6,2% do PIB; no pior resultado já registrado, em 2016, rombo foi de 2,48%

Fabrizio de Castro, O Estado de S.Paulo

27 de abril de 2020 | 10h33

[Conteúdo Completo](#) FECHAR

- [Com crise econômica e política, mercado financeiro projeta rombo fiscal recorde este ano](#)
- [Mercado financeiro prevê queda de 3,34% no PIB em 2020](#)

BRASÍLIA - O aumento dos gastos do governo durante a pandemia do **novo coronavírus**, somado à crise política, levou o mercado financeiro a projetar um rombo primário recorde para o Brasil em 2020. Dados divulgados nesta segunda-feira, 27, pelo **Banco Central (BC)** mostram que a expectativa de déficit primário do setor público para o ano saltou de 5% para 6,20% do **Produto Interno Bruto (PIB)**. Esse é o maior percentual da série histórica do BC, iniciada em dezembro de 2001.

No pior resultado registrado até hoje, em 2016, o setor público consolidado registrou déficit primário equivalente a 2,48% do PIB. Na época, o rombo ainda era consequência do descontrole fiscal verificado nos anos do governo da presidente Dilma Rousseff.

A expectativa de déficit primário recorde para 2020 é consequência direta da crise provocada pela pandemia de covid-19. Desde março, o governo tem anunciado uma série de medidas econômicas para evitar o fechamento de empresas e o aumento descontrolado do desemprego. As ações representam um aumento de despesas para o governo, com impacto direto sobre o resultado primário.

Outro fator que contribui para o rombo maior é a crise política, que se intensificou na semana passada, **após a saída de Sérgio Moro do Ministério da Justiça**. Nas últimas semanas, os economistas do mercado financeiro vêm revisando sistematicamente suas projeções para o PIB brasileiro, em meio às dúvidas sobre a sustentabilidade do governo de Jair Bolsonaro.

Atualmente, **a projeção mediana do mercado para o PIB em 2020 é de retração de 3,34%**, mas já há pelo menos uma instituição financeira que espera por um recuo de 6%.

O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do setor público, antes mesmo do pagamento dos juros da dívida pública. Os avanços nas projeções refletem a expectativa de que, com o aumento das despesas do governo durante a

pandemia do novo coronavírus e o recuo do PIB, o País terá um cenário fiscal muito difícil em 2020.

Os dados do Relatório de Mercado Focus, divulgados nesta segunda pelo BC, mostram ainda que o resultado nominal do setor público apresentará um rombo de 11,10% do PIB em 2020. Se confirmado, será o pior desempenho da série histórica do BC, iniciada em 2002. O resultado nominal reflete o saldo entre receitas e despesas já após o pagamento dos juros da dívida pública.

Risco de insolvência

O avanço do déficit primário do setor público é uma preocupação para o governo e para os economistas do setor privado. Isso porque, para cobrir o rombo, o governo é obrigado a se endividar ainda mais, emitindo títulos públicos. O resultado é de alta na relação entre a dívida e o PIB.

Os números do BC mostram que, no fim de fevereiro, a Dívida Bruta do Governo Geral estava em 76,5% do PIB. Com a crise provocada pelo novo coronavírus - que eleva o rombo fiscal e reduz o PIB - a expectativa entre os economistas do mercado financeiro é de que este percentual supere os 80% nos próximos meses.

O cálculo sobre até onde vai a dívida, no entanto, é incerto. Isso porque o próprio governo não tem, neste momento, segurança sobre até quando as medidas de isolamento social vão continuar, com impactos negativos sobre a economia.

A Dívida Bruta do Governo Geral - que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o Banco Central e as empresas estatais - é uma

das principais referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País. Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do Brasil.

Maia diz que Guedes tem credibilidade e uma mudança agora pode ser interpretada de forma negativa

Maia e Guedes divergiram sobre o tamanho do socorro a Estados e municípios no combate à pandemia, mas o presidente da Câmara defende a permanência do ministro no governo

Camila Turtelli e Gustavo Porto, O Estado de S.Paulo

27 de abril de 2020 | 15h51

BRASÍLIA - Mesmo em conflito com o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ), defendeu a permanência do economista no governo de **Jair Bolsonaro**.

“No meio de uma pandemia, troca de ministros sempre gera insegurança. Você tem dois ex-ministros que têm ainda credibilidade na sociedade (**Luiz Henrique Mandetta** e **Sergio Moro**) e um terceiro, Paulo Guedes, que também tem credibilidade na sociedade. Tive alguns conflitos com ele nas últimas

semanas, mas isso não me coloca aqui apenas para criticá-lo, ele tem credibilidade”, disse Maia ao ser questionado sobre uma possível saída de Guedes.

Para Maia, uma mudança agora pode ser interpretada de forma negativa pela sociedade. “Acho que ele (Guedes) tem tentado colaborar da forma que ele acredita, por isso que muitas vezes a gente diverge, mas diverge do ponto de vista das ideias, não do pessoal. O que a gente espera é que com menos turbulência, todos juntos possam construir um caminho para que o Brasil possa superar essa crise, com um dano menor”.

Maia e Guedes divergiram sobre o tamanho do socorro a Estados e municípios no combate à pandemia. A Câmara aprovou um projeto que prevê a **compensação da queda de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto Sobre Serviços (ISS)** pela União. **Já o governo quer oferecer um valor fixo atrelado a contrapartidas, como o congelamento do salário de servidores.**

O projeto está sendo discutido agora pelo Senado. “Acho que é legítimo que o Senado trabalhe e possa manter ou não, retificar o texto da Câmara, mas nós temos muita convicção (sobre o texto aprovado)”, disse Maia sobre o socorro aos Estados.

“Não podemos esquecer que outros impostos, como o caso do **IPVA**, **IPTU**, também terão quedas de arrecadação grandes”, disse. “Vamos esperar o texto apresentado pelo presidente do Senado e vamos dialogar”, afirmou.

Congelamento de salários dos servidores pode poupar R\$ 179 bi até 2021, calcula equipe econômica

O acordo, feito entre Paulo Guedes e Davi Alcolumbre, ainda será votado tanto pelo Senado quanto pela Câmara; ideia não agrada a Bolsonaro ou parlamentares

Adriana Fernandes e Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

27 de abril de 2020 | 14h25

BRASÍLIA - Em troca do aumento para R\$ 50 bilhões do socorro federal aos Estados e municípios, o ministro da **Economia, Paulo Guedes**, e o presidente do **Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AC)**, fizeram um acordo para **congelar os salários e as promoções de carreira dos servidores públicos até dezembro de 2021**. Em 2022, ano de eleições, a concessão de reajustes volta a ser permitida.

A medida, que vale para **União, Estados e municípios**, tem **impacto potencial de uma economia de R\$ 179 bilhões**, de acordo com cálculos da

equipe econômica que levaram em consideração o crescimento das despesas de pessoal nos últimos três anos. **Desse total, R\$ 70 bilhões de economia nos Estados, R\$ 62 bilhões nos municípios e R\$ 47 bilhões na União.**

Enquanto o governo estima que 24,5 milhões dos 33,6 milhões de trabalhadores com carteira assinada (ou seja 73% do total) terão os salários reduzidos ou os contratos suspensos em decorrência da crise provocada pelo **novo coronavírus** no **Brasil**, a "cota de sacrifício" sugerida a Guedes ao funcionalismo é ficar sem reajustes "por um ano e meio".

Relator do projeto, **o presidente do Senado deve apresentar o parecer até quinta-feira, 30**, e convocar uma sessão extraordinária para votar o texto no sábado, deixando a proposta pronta para ser votada na **Câmara dos Deputados**.

A oferta inicial da equipe econômica era uma transferência de R\$ 40 bilhões em valor fixo, por três meses para Estados e municípios usarem nas ações de combate aos efeitos da pandemia da covid-19.

Guedes ampliou a oferta para quatro meses, o que vai elevar o repasse para um valor próximo de R\$ 50 bilhões.

"Há 15 dias, a discussão não era não sobre reajuste de salário, mas de cortar 25% dos salários dos servidores estaduais, municipais e federais. Evitar o reajuste por

18 meses seria um gesto de contrapartida para o repasse", afirmou Alcolumbre, em sessão remota do Senado.

Para a iniciativa privada, o governo passou a permitir acordos individuais para o corte de jornada e salários em até 70% por três meses e suspensão de contratos por dois meses.

O presidente Bolsonaro e parlamentares resistem a mexer no valor dos salários dos servidores públicos. Em entrevista, depois de reunião com Bolsonaro, no **Palácio da Alvorada**, Guedes disse que servidores públicos devem fazer sacrifício e mostrem "que estão com o Brasil" em meio à crise econômica causada pelo novo coronavírus.

"Precisamos também que o funcionalismo público mostre que está com o Brasil, que vai fazer um sacrifício pelo Brasil, não vai ficar em casa trancado com geladeira cheia e assistindo a crise enquanto milhões de brasileiros estão perdendo emprego", afirmou Guedes, ao lado de Bolsonaro.

Os termos do projeto serão levados ao presidente da Câmara, **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, que articulou a votação do auxílio, por seis meses, atrelado à perda de arrecadação do **ICMS e ISS**, os dois tributos cobrados pelos governos regionais. O projeto da Câmara foi considerado pela equipe de Guedes uma bomba fiscal por não levar em conta um valor fixo para a compensação. Se a

perda fosse de 30% em seis meses, **a União teria que desembolsar R\$ 93 bilhões.**

O projeto vai sair de uma "bomba", conforme foi classificado o texto aprovado anteriormente na Câmara, para uma medida de socorro em plena pandemia e reestruturação pós-crise, dizem fontes.

Inicialmente, a proposta seria votada até quarta-feira, 29. A saída do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro do governo, porém, causou ruídos na agenda e adiou a discussão. "Os senadores entenderam a necessidade de aguardar mais três ou quatro dias para ganhar tempo. O que está sendo construído evita alteração na Câmara e garante apoio do governo. É uma união de esforços", relatou a presidente da **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)** do Senado, **Simone Tebet (MDB-MS)**, após conversa entre Alcolumbre e senadores.

O critério de distribuição discutido coloca o ICMS no cálculo e, em menor escala, o **Fundo de Participação dos Estados (FPE)** e a população de cada Estado. O argumento é que a medida provisória 938/2020 já garante R\$ 16 bilhões de compensação do FPE e do **Fundo de Participação dos Municípios (FPM)**, beneficiando **Norte e Nordeste.**

O líder do **MDB** no Senado, senador **Eduardo Braga (AM)**, defendeu uma ajuda adicional para os municípios e uma distribuição mista dos recursos que não

prejudique Estados e prefeituras do Norte e Nordeste. “Eu já fui prefeito, já fui governador. As pessoas não moram no governo do Estado, elas moram nos municípios”. A suspensão da rolagem da dívida durante a pandemia, segundo ele, também está prevista.

O líder da maior bancada no Senado afirmou que faz sentido o congelamento salarial dos servidores como medida de contrapartida. “Eu não tenho notícia de nenhum Estado que tenha reduzido salário e na iniciativa privada como nós sabemos muita gente vai perder o emprego e vai redução de salarial”.

poder coronavírus

PAINEL | Camila Mattoso
painei@grupofolha.com.br

Instintos

Um dos liberais que ingressaram no governo Bolsonaro com Paulo Guedes, Rubem Novaes, presidente do Banco do Brasil, critica quem defende o aumento de gastos públicos para dar o arranque na economia pós-pandemia. "Sempre que há uma forte crise, os piores instintos intervencionistas se assanham", disse. "Reflexos negativos óbvios apareceriam no câmbio, nos juros e na confiança empresarial. Alguns irresponsáveis falam em romper o teto dos gastos. Seria um desastre total!"

FRENTES A crítica ocorre em meio a um debate entre economistas sobre qual deve ser o papel do Estado na crise provocada pelo coronavírus. A discussão é travada também dentro do governo — uma ala defende a ampliação dos gastos estatais no programa Pró-Brasil, cujo porta-voz é Braga Netto (Casa Civil).

RETROVISOR "Há sempre economistas saudosistas do que tivemos de pior em termos de política econômica. Não aprenderam que a expansão do Estado, normalmente acompanhada de muita corrupção, foi a causa preponderante de seguidas décadas com relativa estagnação", afirmou Novaes ao PAINEL.

RAIZ Em sua opinião, o governo não deve "cuidar das emergências e atrapalhar pouco na retomada. O Estado não é solução. É o problema".

LIBERA O executivo observa que as projeções indicam que o PIB pode cair até 5% neste ano, mas pode piorar a depender do tempo de quarentena — Novaes é favorável ao "isolamento seletivo". "Sabe aquele símbolo da Nike? É como vejo o formato de nossa recuperação a partir da liberação da produção e do comércio".

NÃO FORÇA Em despacho sobre a iniciativa da Receita Federal de processar o Maranhão por ter importado 127 respiradores da China via Etiópia, caso revelado pelo PAINEL, o Tribunal de Contas da União diz que os dados do estado sugerem uma reação proporcional do órgão que pode vir a ser classificada como desvio de finalidade.

SEMPRE ASSIM? O ministro Bruno Dantas afirma que as acusações do MA são gravíssimas e pede esclarecimentos à Receita. Ele diz querer saber se o procedimento usado no episódio é padrão.

OUVIR Dantas afirma que pode haver elementos suficientes para medidas cautelares, mas que vai ouvir as partes antes de tomar uma decisão.

TIROTEIO

“Queremos pessoas que estejam à frente da segurança pública que sejam armamentistas”

Do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) sobre a escolha de seu pai para ocupar a PF e o Ministério da Justiça

com Mariana Carneiro e Guilherme Seto

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Atendimento ao assinante
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Assine a Folha
assine.folha.com.br | 0800-015-8000

Jornal Filado ao VEC		331.202 exemplares	
Circulação paga às terças de mar.2020, impresso mais digitais (VEC)		04.556.455	
Página visitada no site da Folha em mar.2020 (Google Analytics)		69.769.423	
Assinatura semestral à vista com entrega domiciliar diária		Carga por usuário 3,63%	
MG, PR, RJ, SP	DF, SC	ES, GO, MT, MS, RS	AL, BA, PE, SE, TO
R\$ 685	R\$ 858	R\$ 1.089	R\$ 1.177
Outros estados		R\$ 1.460	
Venda avulsa		Outros estados	
MG, PR, RJ, SP	DF, SC	ES, GO, MT, MS, RS	AL, BA, PE, SE, TO
R\$ 5 (seg. a sáb.)	R\$ 5,50	R\$ 6	R\$ 25
R\$ 7 (domingo)	R\$ 8	R\$ 8,50	R\$ 11
		R\$ 10	
		R\$ 11,50	

Impeachment divide o país, mas Bolsonaro mantém base de apoio

Datafolha mostra crescimento entre os que pedem renúncia do presidente devido à crise, que já empatam com os que a rejeitam

Igor Gielow

SÃO PAULO O brasileiro está dividido sobre a conveniência de um processo de impeachment contra Jair Bolsonaro (sem partido), mas o presidente mantém estável sua base de apoio em cerca de um terço da população. Também cresceu o apoio à possibilidade de o presidente renunciar devido à crise política enquanto enfrenta a pandemia do novo coronavírus. Agora, os que querem a renúncia empatam com aqueles que a rejeitam.

Foi o que afirmou o Datafolha nesta segunda (27). Já sob o impacto da bombástica saída de Sérgio Moro do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ocorrida na sexta (24).

O ex-ministro acusou Bolsonaro de querer interferir politicamente na Polícia Federal. Segundo o instituto, 45% querem que a Câmara dos Deputados abra um processo de impeachment contra o presidente, enquanto 48% rejeitam a medida. Não sabem opinar 6%.

Foram ouvidas 1.503 pessoas por telefone, para evitar contato pessoal durante a pandemia. A margem de erro é de três pontos percentuais.

Já o apoio à eventual renúncia de Bolsonaro cresceu em relação à pesquisa feita de 1º a 3 de abril. Naquela rodada, 59% dos ouvidos pelo Datafolha se diziam contrários ao gesto. Agora, são 55%, empatados tecnicamente com os 45% que desejam que ele renuncie (37% no começo do mês).

Por outro lado, a avaliação geral do presidente se mostra estável ante a mais recente pesquisa do Datafolha que aferiu, no começo de dezembro, de forma presencial. Como o instituto não fez essa pergunta de lá para cá, não é possível saber se houve variações na opinião pública no caminho.

Hoje, acham Bolsonaro ruim ou péssimo 78%, com 33% dos brasileiros avaliando-o como bom ou ótimo e 26%, como regular. Em dezembro, eram 36%, 30% e 32%, respectivamente.

Sua melhor avaliação ocorre entre moradores das regiões Norte e Centro-Oeste (41% de aprovação) e os mais ricos (40%). A pior, entre nordestinos (43% de rejeição) e habitantes do Sudeste (41%), além daqueles mais instruídos (47%).

A crise política ganhou contornos dramáticos quando Moro pediu demissão após o presidente exonerar contra sua vontade o diretor geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo.

O ex-ministro fez um duro pronunciamento, acusando Bolsonaro de interferência política no órgão.

O presidente negou a intenção, e o caso será analisado pelo Supremo Tribunal Federal. Bolsonaro quer colocar à frente da Justiça e Segurança Pública, assim como na PF, nomes próximos à sua família.

Seus filhos são alvo de investigações em temas que vão de ligação com milícias no Rio de Janeiro a disseminação criminosa de fake news.

Segundo o Datafolha, que aferiu que 80% das pessoas tomaram conhecimento da saída do então ministro do governo, a versão de Moro para o caso é majoritária entre os brasileiros.

Continua na pág. A6

População se divide sobre impeachment de Bolsonaro

Em %

Opinião sobre Congresso abrir ou não processo de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro



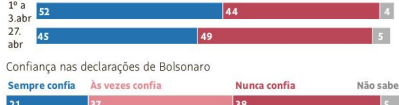
Opinião sobre renúncia de Jair Bolsonaro



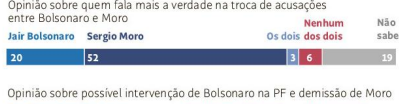
Avaliação do governo de Bolsonaro



Avaliação sobre capacidade do presidente em liderar o país



Confiança nas declarações de Bolsonaro



Opinião sobre possível intervenção de Bolsonaro na PF e demissão de Moro



Nível de conhecimento da saída de Sérgio Moro do governo



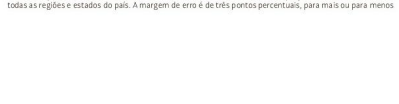
Opinião sobre a situação do combate à corrupção e da segurança no país após saída de Moro



Avaliação do desempenho do Ministério da Saúde no surto de coronavírus



Avaliação do desempenho do novo ministro Nelson Teich em comparação a Luiz Henrique Mandetta



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 27.abr. com 1.503 brasileiros adultos que possuem telefone celular em todas as regiões e estados do país. A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou para menos.

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
paineta@grupofolha.com.br

Presente

A rede de shoppings Iguatemi tem consultado seus lojistas para fazer uma experiência de drive thru em seus estacionamento durante a temporada de vendas do Dia das Mães, enquanto os estabelecimentos seguem fechados por causa da quarentena. A ideia é convidar marcas de sapatos, perfumes, vestuário e outros para entregar nos carros dos clientes os produtos escolhidos online. Vai funcionar como um complemento ao comércio eletrônico para as marcas.

PASSAGEM O teste começa nesta terça (28). Na Iguatemi, 11 shoppings da capital e do interior de São Paulo terão retirada de produtos nos estacionamento. O plano é que os clientes, em contato com os vendedores, façam seus pedidos por telefone ou WhatsApp, depois busquem e paguem no local, com hora marcada entre 12h e 20h.

ALTERNATIVA A rede Aliance Sonae também vai usar os estacionamentos de 39 shoppings para retirada de compras nesta semana. Segundo Leandro Lopes, diretor de operações da empresa, os itens dos shoppings estão sendo atualizados para incluir WhatsApp e loja virtual das marcas.

DANÇA... A exoneração de Andre Kuhn da direção do Dnit nesta segunda (27) era a peça que faltava para definir o destino da Valec, para onde ele foi transferido. A medida na chefia da estatal de ferrovias já era esperada pelo mercado, conforme o Painel S.A. informou em fevereiro.

...DAS CADEIRAS Com a chegada de Kuhn, a Valec vai trocar de comando pela quarta vez neste governo.

CIRANDA Rafael Castello Branco, que assumiu a presidência da Valec em dezembro e deixou o cargo para Kuhn, era tido como um nome pró-negócios, mas manteve quatro superintendências e a diretoria de engenharia ocupadas por interinos por muito tempo, o que preocupava o mercado.

VALE QUANTO PESA Embora a troca do Dnit coincida com a aproximação entre Bolsonaro e o centrão, o entorno do ministro Tarcísio de Freitas diz que a mudança ainda não reflete a esperada investida do cacique do PL Valdemar Costa Neto sobre a Infraestrutura. O que se diz é que Bolsonaro não deveria ariscar a imagem técnica da pasta.

PASSO A OEC, construtora da Odebrecht, passou a atender 30% da demanda de energia da República Dominicana com a entrega da segunda unidade de geração da Central Térmica de Punta Catalina, nesta segunda (27), diz a empresa. A geração total é de 725 MW.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS

Abstr. em % ao mês

■ Mínimo ■ Máximo



Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209

Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MÉ (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ R\$ 1.045 3% R\$ 31,35

Assalariado

Até R\$ 1.045 Alíquota 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%

De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

*O prazo para empresas vence no dia 20 maio; para pessoas físicas, vence em 15 maio

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$ Alíquota, em % Declaraç. em R\$

Até 1.903,98 Isento

De 1.903,99 até 2.826,65 7,5 142,80

De 2.826,66 até 3.751,05 15 354,80

De 3.751,06 até 4.664,68 22,5 636,13

Acima de 4.664,68 27,5 869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Alíquota Mínimo Máximo

Empregado De 7,5% 97,04 713,09

a 14%

Empregador 20% 250,50 1.220,21

*O prazo para o patrocínio da doméstica vence no dia 7 maio. A guia de pagamento dos patóbulos inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a contratação e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário.

Governo congela programa de obras da ala militar para evitar crise com Guedes

Continuação da pág. A15

O que ainda não se sabe é qual será a emenda para o programa Pró-Brasil.

Guedes prefere, por exemplo, dar mais atenção a projetos de Tarcísio. Ele elencou uma lista que poderá ter algo entre 70 e 130 obras orçadas em torno de R\$ 30 bilhões ao longo de três anos.

Dentre essas obras, que ainda não foram divulgadas, há rodovias, ramais ferroviários e outros projetos que darão mais vazão à safra agrícola.

Guedes considera que, no pós-crise, o agronegócio será o grande responsável por não deixar o PIB do país cair tanto quanto preveem os principais bancos de investimento.

Para o escoamento da safra com mais rapidez, seria preciso priorizar as obras. Nesse caso, são necessários recursos públicos.

Tarcísio afirmou em conversa com Guedes que seu plano não deverá estourar o teto de gastos. Consumirá somente cerca de R\$ 6 bilhões a mais em três anos.

Muitas das despesas da In-

fraestrutura também poderiam ser remanejadas (postergadas) para priorizar o programa no momento.

Diferentemente de Tarcísio, o ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) apresentou uma proposta de R\$ 18,5 bilhões em gastos. Desse total, R\$ 157 bilhões serão para 9.400 obras novas.

O plano deve estourar o teto. Dentre as obras, está a ampliação do Minha Casa Minha Vida, que terá uma nova configuração e mudará de nome.

Possivelmente, se chamará Casa Verde e Amarela.

Em conversas com assessores, Guedes disse que prefere autorizar subsídios para a capacitação de profissionais a liberar dinheiro para programa habitacional.

O ministro da Economia quer centrar esforços em destinar recursos para onde possa haver "multiplicação de resultados", como nas obras que, a pedido de Cristina, entraram no programa da Infraestrutura. **Julio Wlitzack, Gustavo Uribe, Fábio Pupo, Daniel Carvalho e Bernardo Caram**



O homem que decide economia no Brasil é um só, chama-se Paulo Guedes. Ele nos dá o norte, nos dá as recomendações e o que nós realmente devemos seguir

Jair Bolsonaro

Dólar volta a subir e fecha a R\$ 5,668, novo recorde

O dólar fechou em leve alta de 0,12% nesta segunda-feira (27) e bateu novo recorde nominal (sem contar a inflação) pelo quarto pregão seguido, a R\$ 5,668.

O pregão foi de alta volatiliade, no qual a moeda chegou a cair para R\$ 5,53 pela manhã, mas voltou a ganhar força ao longo do dia, chegando ao pico de R\$ 5,7450 por volta de 16h15.

O Banco Central vendeu US\$ 600 milhões em leilão da moeda à vista e ofereceu 20 mil contratos de swap tradicional, que totalizam US\$ 1,5 bilhão. Na sexta (27), a divisa chegou a R\$ 5,7450 com a saída de Sergio Moro do governo, mas fechou a R\$ 5,66.

"A incerteza sobre o futuro do nosso governo gera essa volatilidade", afirma Fabrício Velloni, chefe da mesa de câmbio e sócio da Frente Corretora.

No exterior, Bolsas tiveram um dia de altas. No Brasil, o Ibovespa subiu 3,8%, a 78.283 pontos. Nos EUA, Dow Jones e S&P 500 tiveram alta de 1,5%, e a Nasdaq, de 1%. **JM**



O ministro Paulo Guedes (dir.) ao lado de Jair Bolsonaro, com Campos Neto (BC) atrás Ueslei Marcelino/Reuters

Servidor não pode ficar em casa com a geladeira cheia vendo a crise, diz Guedes

Ministro, que foi cutucado por Bolsonaro após a declaração, diz que funcionalismo dará cota de sacrifício ao não pedir reajuste por 1 ano e meio

Daniel Carvalho

BRASÍLIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta segunda-feira (27) que os servidores públicos não podem ficar em casa, com a geladeira cheia, observando a crise econômica provocada pelo novo coronavírus, sem dar sua cota de sacrifício. Ele solicitou aos funcionários públicos que não peçam aumento pelo período de um ano e meio.

"Precisamos também que o funcionalismo público mostre que está com o Brasil, que vai fazer um sacrifício pelo Brasil, não vai ficar em casa, trancado com geladeira cheia, assistindo a crise, enquanto milhões de brasileiros estão perdendo emprego", disse Guedes ao lado do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), após uma reunião no Palácio da Alvorada.

Quando o ministro fez essa declaração, Bolsonaro o cutucou discretamente

pelos costas, como é possível ver em vídeo publicado na página do presidente em uma rede social.

"Não, eles vão colaborar. Vão também ficar sem pedir aumento por algum tempo. Ninguém vai tirar, e o presidente disse 'ninguém tira direito, ninguém tira salário, ninguém encosta em nenhum direito que existe hoje'. Mas, por atenção aos brasileiros, para nos ajudar no combate a esta crise, não peçam aumento por um ano e meio, contribuam com o Brasil", continuou Guedes.

O estado de calamidade aprovado em decorrência da pandemia do novo coronavírus levou o governo Bolsonaro a editar uma medida provisória permitindo a redução provisória de até 70% do salário e da jornada de trabalhadores da iniciativa privada, mas, até o momento, não há movimentação na cúpula dos três Poderes e do Ministério



Precisamos também que o funcionalismo público mostre que está com o Brasil, que vai fazer um sacrifício pelo Brasil, não vai ficar em casa, trancado com geladeira cheia, assistindo à crise, enquanto milhões de brasileiros estão perdendo emprego

Paulo Guedes ministro da Economia

Público para replicar a medida no funcionalismo.

A aprovação do corte provisório do salário e benefícios de políticos e servidores dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), nas três esferas (federal, estadual e municipal) criaria uma caixa de dezenas de bilhões de reais, mas até o momento, só há ações isoladas nesse sentido.

Guedes já vinha defendendo a manutenção do pagamento integral dos salários dos servidores e o reforço no repasse aos fundos que abastecem municípios e estados como forma de conter uma depressão na economia.

Só no plano federal, que reúne os mais altos salários, dados do Siga Brasil mostram que vencimentos e vantagens dos servidores ativos civis (excluídos 13º, férias e Ministério da Saúde) somaram R\$ 123 bilhões em 2019. Aplicando de forma geral uma redução de 25% do salário e da jornada, por três meses (a possibilidade mais branda reservada à iniciativa privada, que prevê também 50% e 70%), haveria uma caixa de R\$ 6,4 bilhões.

O estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) "Atlas do Estado Brasileiro" aponta que, em dados atualizados para janeiro de 2019, o funcionalismo federal (R\$ 184 bilhões), dos estados (R\$ 209 bilhões) e dos municípios (R\$ 268 bilhões) consumiu R\$ 751 bilhões ao ano, incluindo aí a área militar e todos os benefícios e contribuições sociais.

Estimando que a folha de pagamento represente cerca de 8,5% disso, uma redução geral de 25% por três meses daria um caixa de R\$ 36,8 bilhões.





Fila em frente de agência da Caixa no Rio de Janeiro para saque do auxílio emergencial de R\$ 600 Bruno Kalkauz/APF

Caixa tem fila de 5 horas para saque dos R\$ 600

Trabalhadores se aglomeram sem máscaras nem distanciamento seguro no 1º dia para tirar o auxílio em dinheiro

SÃO PAULO | AGORA O primeiro dia do saque do auxílio emergencial em dinheiro na Caixa exigiu paciência dos trabalhadores. Na manhã desta segunda (27), filas dobraram quarteirões em torno de algumas agências da capital paulista. Além disso, trabalhadores que não conseguiram movimentar a conta digital da Caixa para receber o auxílio engrossaram as filas nas portas das agências em São Paulo. Na avenida Sapopemba, em São Mateus (zona leste), a fila se formou o amanhecer. Por volta das 9h, mais de 200 pessoas esperavam atendimento. Sem respeitar a distância de 1,5 metro entre as pessoas, a aglomeração tomou o quarteirão inteiro ao redor da agência. Boa parte utilizava máscara, mas a necessidade de obter informações ou sacar o benefício contou mais do que o receio de um possível contágio pelo novo coronavírus. É o caso do sergente de pedreiro José Roberto de Jesus, 42, do Carroizinho (zona leste), desempregado há dois anos. Ele conta que chegou às 6h30 no local e, às 9h30, ainda não havia sido atendido. Jesus afirma que o pedido de auxílio emergencial havia sido aprovado pelo aplicativo.

O prestador de serviços Francisco Pereira de Oliveira, 66, do Jardim Colonial (zona leste), era um dos que não usavam máscara e diz que está há mais de 20 dias sem trabalhar. "No aplicativo diz que fui aprovado. Vamos ver". A costureira Gildava Pereira, 59, do Jardim Nova Conquista (zona leste), estava de máscara, mas com receio. "Estou com medo de ficar aqui, mas não tenho conta na Caixa. Então tive que vir pessoalmente. Espero que dê certo". A fila na Caixa do Jardim Igatemi (zona leste) começou a se formar ainda na madrugada, por volta das 5h, e ao meio-dia muitas das pessoas que amanheceram na porta da agência ainda aguardavam pelo atendimento. Funcionários do banco distribuíram 250 senhas. O número era insuficiente para dar conta das centenas de pessoas alinhadas em dois quarteirões. A Caixa do Jardim Igatemi atende também moradores de outros bairros populares do extremo leste da capital paulista, como Cidade Tiradentes, que não possuem unidades do banco estatal. É o caso da dona de Casa Jaqueline Campos, 31, que mora em Cidade Tiradentes. Ela

nasceu em janeiro e está entre as pessoas cujo calendário estabelecido pelo governo permite o saque em dinheiro. Mãe de três crianças e casada com um trabalhador autônomo, ela conta que a família está sem renda. Sem conseguir movimentar o auxílio, já liberado, pela internet, ela chegou às 7h na fila e, às 9h, ainda aguardava atendimento. "Espero receber [o dinheiro], mas acho que não vou conseguir porque falta o código [que valida a autorização para a movimentação da conta digital]", contou Jaqueline.

Na Bela Vista (região central), a fila do lado de fora da agência variava entre 10 e 20 pessoas, e a espera para entrar no banco levava cerca de 20 minutos por volta das 9h. Além da demanda inferior, um dos motivos que fazia a fila andar rápido era a dispersa da maioria das pessoas porque elas não eram nascidas em janeiro ou fevereiro, condição necessária para realizar o saque nesta segunda. A opção para saque é liberada no aplicativo Caixa Tem segundo o mês de aniversário do trabalhador. Na tela aparecerá a data em que será possível fazer a retirada em dinheiro na agência ou lotérica. A in-

tenção, afirma a Caixa, é evitar aglomerações, expondo funcionários e clientes ao vírus. Como a conta digital não tem cartão, o beneficiário precisa usar o aplicativo, que fornece o código necessário para a operação de saque nos caixas eletrônicos. Porém, são constantes as queixas de dificuldades de acesso. O polidor Nilton Inácio dos Santos, 24, sacou os R\$ 600 no Jacarã (zona norte). "Foi muito rápido. Eles dividiram em duas filas, uma para saque e outra para informações", disse

ele, que está desempregado, assim como a esposa, desde que o estacionamento onde trabalhavam fechou as portas por causa da quarentena. A Caixa afirma que disponibiliza cerca de 3,2 milhões de cartões para reforçar as equipes para orientação e atendimento ao público e liberou uma nova versão do aplicativo Caixa Tem. "A atualização já está disponível para download". Segundo a Caixa, a nova versão do aplicativo amplia a capacidade de acessos simultâneos, disponibilizando

uma previsão de atendimento aos usuários que não conseguem acesso imediato nos horários de maior utilização. Ainda nesta segunda, Jair Bolsonaro disse que não pretende ampliar para outras categorias o auxílio emergencial. A proposta foi aprovada pelo Legislativo e foi para sanção presidencial. O governo havia se posicionado favoravelmente à medida. Ana Paula Branco, Mediane Valinhos, Clayton Castelan, Larissa Teixeira e Luisa Dall'Agnol com Brasília

Febraban diz que maiores bancos emprestaram 22% a mais na crise

BRASÍLIA Durante a pandemia do novo coronavírus, os cinco maiores bancos do país liberaram R\$ 266 bilhões em novos empréstimos, entre contratações, renovações e parcelas suspensas, de acordo com dados divulgados pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos) nesta segunda-feira (27). Os dados analisados se referem a Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú e Santander. Não há dados anteriores para comparação, mas, de acordo com estimativa da Febraban, representa aumento de 22,2% em relação a março do ano passado, quando foram cerca de R\$ 215 bilhões. Os números são de 16 de março a 17 de abril, período de intensificação do isolamento social e de medidas econômicas para tentar conter os efeitos na economia. No intervalo, os bancos prorrogaram 3,8 milhões de

contratos de crédito por 60 a 180 dias. As parcelas já suspensas somam R\$ 22,2 bilhões. A maior parte das prorrogações foi concedida às pessoas físicas, com 3,9 milhões de contratos. As famílias já tiveram alívio de R\$ 13,71 bilhões no orçamento doméstico com parcelas que não precisaram ser pagas adiadas. O Banco Central divulgou medida, em 16 de março, para facilitar a renegociação dos bancos com as famílias e empresas até setembro. A iniciativa dispensa que as instituições aumentem o provisionamento no caso de reatuação de empréstimos pelos próximos seis meses. Para o presidente da Febraban, Isaac Sidney, os números mostram que não há reatuação de crédito nas instituições. "Ao contrário, os bancos estão dando vazão às demandas", Larissa Garcia

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS									
Demarcação Contábil - Dos Exercícios Finais em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 em R\$ Mil									
Ativo	2019		2018		Passivo	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
Ativo	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	Passivo	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Capital	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	Capital	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Reserva	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	Reserva	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Outros	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	Outros	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
...

vivo Comunicado

A Telefônica Brasil S.A., denominada Vivo, comunica aos seus clientes residenciais de banda larga, a inclusão da promoção adicional a partir de 28/05/2020, que será composta pelos serviços mencionados na tabela 1, de acordo com a velocidade de internet contratada. As condições e preços da Banda Larga não sofreram alterações.

Velocidade	Plano de Serviço de Banda Larga	SV4 Promoção Adicional
4 Mbps	Vivo Internet 4Mbps	Pacote 1 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas)
	Vivo Internet 4Mbps Anuloo	Pacote 1 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas)
8 Mbps	Vivo Internet 8Mbps	Pacote 1 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas)
	Vivo Internet 8Mbps Anuloo	Pacote 1 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas)
10 Mbps	Vivo Internet 10Mbps	Pacote 1 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas)
	Vivo Fbra 10 Mbps	Pacote 2 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas, Espoite Intensivo Plus, Bancab. Jornat)
15 Mbps	Vivo Fbra 15 Mbps Anuloo	Pacote 1 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas, Espoite Intensivo Plus, Bancab. Jornat)
	Vivo 15 Mbps	Pacote 2 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas, Espoite Intensivo Plus, Bancab. Jornat)
25 Mbps	Vivo Fbra 25 Mbps	Pacote 2 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas, Espoite Intensivo Plus, Bancab. Jornat)
	Vivo 25 Mbps Anuloo	Pacote 2 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas, Espoite Intensivo Plus, Bancab. Jornat)
50 Mbps	Vivo Fbra 50 Mbps	Pacote 2 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas, Espoite Intensivo Plus, Bancab. Jornat)
	Vivo 50 Mbps Anuloo	Pacote 2 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas, Espoite Intensivo Plus, Bancab. Jornat)
100 Mbps	Vivo Fbra 100 Mbps	Pacote 2 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas, Espoite Intensivo Plus, Bancab. Jornat)
	Vivo 100 Mbps Anuloo	Pacote 2 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas, Espoite Intensivo Plus, Bancab. Jornat)
300 Mbps	Vivo Fbra 300 Mbps	Pacote 2 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas, Espoite Intensivo Plus, Bancab. Jornat, Fox Premium)
	Vivo 300 Mbps Anuloo	Pacote 1 (Discoservy Kid Plus!, What.ch.ESP, Clube de Neristas, Espoite Intensivo Plus, Bancab. Jornat)

Mais informações podem ser obtidas em nosso Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 10115. Pessoas com necessidades especiais de fala/audição, Ligue 142. Para saber qual a loja da Vivo mais perto de você, acesse www.vivo.com.br.

mercado coronavírus

Socorro a estados congela por 18 meses salário de servidores

Valor de ajuda a entes federados ainda leva a impasse entre governo e senadores

Thiago Resende, Iara Lemos e Danielle Brant

BRASÍLIA Sem consenso sobre o valor do socorro aos estados, a votação do pacote de ajuda aos governadores e prefeitos durante a pandemia do novo coronavírus sofre atrasos. O Ministério da Economia e o Senado ainda não se entenderam sobre o tamanho do auxílio financeiro. Relator da proposta, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), indicara que apresentaria a nova versão do pacote, costurado com o governo, nesta segunda (27). O texto, porém, só deverá ficar pronto na quinta (30), com votação prevista para sábado (2), data atípica para sessões no Congresso.

Por enquanto, a proposta do Senado prevê uma economia de R\$ 130 bilhões. O recurso viria do veto a reajustes de funcionalidade pelo período de 18 meses. O ministro da Economia, Paulo Guedes, queriam um prazo maior — de dois anos.

"A conta que me deram hoje,

a gente está falando de economia, recursos que vão sobrar para os cofres da União, dos estados e dos municípios, na monta de R\$ 130 bilhões em 18 meses", disse Alcolumbre.

Apesar de governo e Senado buscarem um acordo sobre a proposta, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou a defender o plano já aprovado pelos deputados e que difere da ideia em negociações com senadores.

"O texto que veio da Câmara era praticamente sem limite de recomposição. Aí, de certo modo, criava uma dificuldade, porque o governo não teria previsibilidade de quanto seria esse aporte, nesse período de quatro meses, que é o que a gente vai propor, e não os seis meses", disse Alcolumbre aos colegas.

"E aí, depois dos quatro meses, [é possível] avaliar como foi a arrecadação ou a perda da arrecadação e ter esse suporte em que o governo no tenha a condição de estabelecer esse valor", disse o senador.

Há duas semanas, Guedes

propôs um valor fixo, de R\$ 40 bilhões, divididos em três meses, para transferência direta aos estados e municípios. Porém, esse valor é considerado insuficiente por senadores e chefes de governos regionais.

O plano de ajuda da Câmara, aprovado no começo do mês, não previa uma quantidade fixa de recursos e poderia passar de R\$ 200 bilhões, segundo cálculos do ministério.

Governadores e prefeitos pedem ao Planalto mais dinheiro para enfrentar a Covid-19, para manter a máquina pública funcionando e pagar salários. Auxiliares do Planalto admitem que o prazo do auxílio deverá ser estendido para quatro meses. O tamanho do socorro, porém, ainda é um impasse.

Alguns senadores defendem que o valor seja de R\$ 50 bilhões ou até mais. O Ministério da Economia é contra.

Essa transferência tem efeito no Orçamento federal — sai do caixa do Tesouro e vai para o caixa dos governos regionais. Por isso, Guedes quer

evitar uma soma vultuosa.

O atraso no calendário do socorro preocupa secretários de Fazenda estaduais que contam com o auxílio financeiro.

Com isso, Alcolumbre convocou sessão no sábado para votar o projeto. "Assim entregamos para a Câmara para votação na segunda [4] e já mandar para sanção presidencial".

Mas o formato do pacote em elaboração pelo Senado, com o governo, não agrada a Maia. "Nos últimos dias a minha convicção aumentou muito em relação à necessidade de garantirmos um seguro, um imposto, a garantia da recuperação da arrecadação da atividade econômica", disse Maia.

Desde o começo do mês, Guedes e Maia travam embate sobre o pacote.

Mais amplo do que deseja a equipe econômica, o pacote de socorro articulado por Maia prevê que toda a perda de arrecadação de ICMS (imposto estadual) e de ISS (municipal), em relação ao ano passado, seja compensada. Essa conta seria paga pelo go-

verno federal, que contesta esse modelo pela falta de previsibilidade da despesa.

Alguns estados registram queda de 30% na receita de ICMS — taxa usada pela Câmara para estimar o custo do pacote dos deputados aos cofres públicos neste ano (R\$ 89,6 bilhões). O governo calcula que, a cada 10% de desfalque nas contas regionais, a União tenha de pagar R\$ 28 bilhões aos entes. O custo total da proposta ficaria em R\$ 149 bilhões em caso de perdas de 50% na arrecadação. Se o patamar for de 70%, o impacto seria de R\$ 205 bilhões.

Guedes tenta desidrar a proposta da Câmara. Ele quer um pacote que soma R\$ 77,4 bilhões de novas medidas, sendo R\$ 40 bilhões de repasses diretos aos estados e municípios. O resto seria suspensão de dívidas com a União e bancos públicos.

No Senado, há pressão ainda na forma de divisão dos recursos para contemplar as necessidades de cada estado.

A nova versão do plano de Guedes prevê um critério misto de divisão do dinheiro.

A ideia é que parte dos recursos seja distribuída com base na arrecadação de ICMS, o que privilegia Sudeste e Sul, onde a atividade é mais forte.

Outra parcela seria repartida segundo a quantidade de habitantes em cada estado e município, o que daria mais verba para Norte e Nordeste do que o método do ICMS.

Minas, Goiás e Rio projetam dificuldade para conseguir pagar salários

BELO HORIZONTE, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE, CURITIBA, RECIFE, MANAUÁ E SALVADOR

Em crise financeira agravada pela pandemia, alguns estados brasileiros já projetam ter dificuldades de pagar salários a partir de maio. Um caso de Minas Gerais e Goiás, e junho, no Rio de Janeiro. Minas Gerais pode não conseguir pagar os salários de servidores a partir de maio. A projeção foi feita pelo secretário da Fazenda, Gustavo Barbosa.

Ele disse que o estado cumpriria os pagamentos em abril graças a entrada de recursos não previstos, como R\$ 781 milhões de um precatório em uma ação que corria na Justiça do Paraná, além de ter postergado pagamentos de dívidas.

A solução estaria na aprovação do projeto de lei que faria a União recompor os estados as perdas pelo ICMS — o PLP 149/19, já aprovado na Câmara.

Segundo o governo, a queda da arrecadação em abril ficou em R\$ 1,1 bilhão e em maio, o déficit estimado para o próximo mês é de R\$ 4,5 bilhão — a folha do Executivo é de cerca de R\$ 3,5 bilhões.

O governo de Goiás também prevê dificuldades a partir de maio. Salários de abril serão pagos em dia, diz a gestão de Ronaldo Caiado (DEM). A partir do próximo mês, o governo estima dificuldades. A saída seria o socorro imediato da União. O ICMS representa 70% da arrecadação.

No Rio, com previsão de perda de R\$ 15,7 bilhões em receita no ano, a Secretaria de Fazenda diz que as estimativas apontam para problemas no início de junho. Até lá, diz o secretário Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, a perda só em ICMS deve ser de R\$ 2,7 bilhões.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), tem reiterado sobre urgência da ajuda federal aos estados.

O governo gaúcho deve perder R\$ 850 milhões em arrecadação em abril. Ainda assim, as despesas com fornecedores estão sendo liquidadas, afirma a pasta.

No Rio Grande do Norte, a folha atual também segue em dia, segundo o governo de Fátima Bezerra (PT). Quem ganha acima de R\$ 4.000, recebe parcelado. A exceção é para servidores da segurança pública, que recebem integral.

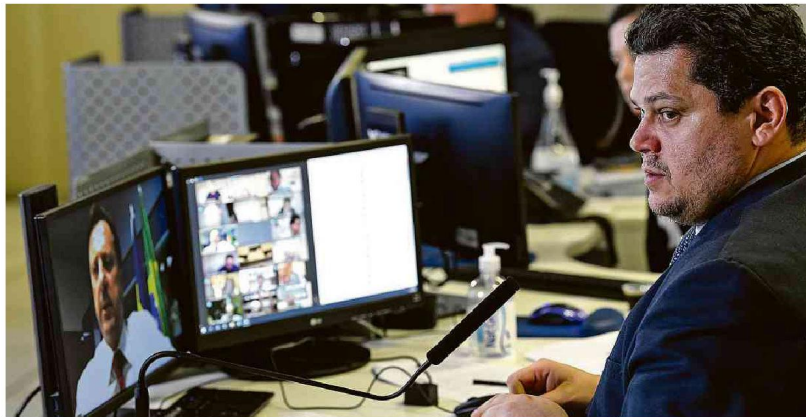
Entre os pedidos prioritários de ajuda do governador do Paraná Ratinho Jr. (PSD) ao governo federal estão a suspensão dos pagamentos da dívida com a União, a revisão do plano de pagamento de precatórios, o seguro contra a queda do ICMS, o fim dos fundos dos poderes com retorno do superávit financeiro e a compensação previdenciária.

O governo de Pernambuco informou que a folha salarial dos servidores referente ao mês de abril será paga normalmente.

O governo do Amazonas informou que não houve queda significativa nas receitas até abril, mas que terá dificuldades para "honrar compromissos" a partir de maio sem ajuda federal.

Em nota, o governo baiano afirmou que o estado "tem caixa para honrar seus compromissos em abril".

Fernanda Caprice, Nicóla Pamplona, Paula Sperb, Katna Baran, João Valadares, Fabiano Maisonnave e João Pedro Pitombo



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), durante sessão remota nesta segunda-feira (27) Jefferson Ruty/Agência Senado

Isolamento forçado é a política mais eficiente para a saúde e para a economia

OPINIÃO

Sergio Werlang

Assessor da presidência e professor da FGV São da Tiba Assessoria e ex-diretor do Banco Central

A experiência chinesa, de que um forte isolamento social de 2,5 meses parece ser o suficiente para domar a Covid-19, faz nos pensar que essa política intervencionista pode ser a mais indicada.

Primeiro, pelo reduzido número de mortes. Segundo, porque, embora o impacto inicial seja grande na economia, a duração de medidas duras é curta, de modo que tudo indica que haja recuperação mais rápida da atividade. Será que esse é o caso em geral?

O estudo de Correia, Luck e Vermer (CLV) analisa as políticas de isolamento social e seus impactos na atividade econômica pós-pandemia. Para isso, utiliza os dados da gripe espanhola nos EUA em 1918.

Assim como hoje no Brasil, as diferentes localidades utilizaram-se de métodos distintos de combate à doença. Os

autores concluíram que as cidades que começaram a impor isolamento social mais cedo e mantiveram por mais tempo (os isolamentos duraram entre 28 e 170 dias, com média de 88 dias) tiveram desempenho econômico melhor no período pós-pandemia.

Hoje há uma grande discussão se a aplicação de medidas mais severas de isolamento seria boa para salvar vidas, mas ruim para a economia. No caso da gripe espanhola nos EUA, não houve essa dicotomia quando se olha o médio prazo. Qual a justificativa econômica para isso?

É de fundamental importância entender o mecanismo econômico por trás das decisões das pessoas numa epidemia. O modelo SIR de evolução de epidemias data de 1927. A ideia básica é seguinte: A população é dividida em três grupos: S, o de indivíduos suscetíveis à doença, I, o de infectados, e R, o de recuperados (que estariam imunizados).

Parte dos infectados morre e outra torna-se imune, o grupo dos recuperados. Para

ficar claro, o número de infectados em um dado instante (número de indivíduos em I) é o total de pessoas que já foram infectadas, menos as que se recuperaram e as que morreram até aquele momento.

Um indivíduo suscetível pode se tornar infectado ao entrar-se com um infectado. No modelo original, tudo acontecia estatisticamente. Na realidade, a coisa é outra: os suscetíveis (S) sabem que podem infectar-se se se encontrarem com infectados, e assim evitam as interações.

Dois trabalhos recentes (ERT - Eichenbaum, Rebelo e Trabandt, NBER 26882 e IPV - Jones, Phillipon e Venkateswaran, NBER 26984) combinam o SIR com as decisões das pessoas na economia. Uma pessoa pode consumir e trabalhar. Os indivíduos de S contam-se: se ao entrar em contato com as infectadas (de I).

Há duas formas de interação social que podem levar à contaminação: quando consomem ou quando trabalham.

Se a economia é deixada por si só, sem intervenção gover-

amental, as pessoas diminuem seu consumo e seu trabalho pois têm medo de serem contaminadas. Mas um indivíduo está essencialmente preocupado com seu próprio bem-estar, ou seja, quer evitar ser contaminado.

Evitar que contagem outras pessoas está em segundo plano. Dessa maneira, sem intervenção, as pessoas consomem menos e trabalham menos, mas não o suficiente.

Nessa situação, temos um problema que é muito conhecido em economia, há externalidades: ações de uma pessoa que não a influenciam diretamente, mas podem influenciar os outros. Quando isso acontece, o equilíbrio competitivo (sem intervenção) não é eficiente. Pior ainda, o tamanho do problema depende do número de indivíduos infectados.

Quanto maior for o grupo I, mais chance uma pessoa suscetível tem de ser infectada. O fato de o equilíbrio não ser eficiente quer dizer que há intervenções governamentais que diminuem as mortes e au-

mentam o PIB a médio prazo. Há várias formas de atingir estas melhoras. Os dois estudos optam por escolher uma intervenção ótima baseada no custo estatístico da vida nos Estados Unidos (entre R\$ 9,3 milhões e US\$ 11,5 milhões).

As respostas são similares (mas não idênticas) e compatíveis com a evidência de CLV. Os modelos são suficientemente ricos para considerar que o sistema de saúde pode ficar congestionado, além da probabilidade de ser encontrada uma vacina e uma cura por remédio da doença.

Enquanto não se acha uma cura, o modelo de ERT conclui que a política ótima é começar com grau médio de isolamento social forçado e ir subindo paulatinamente, até atingir um máximo. Depois afrouxa-se o isolamento, à proporção que os infectados diminuem.

Já o modelo de IPV acha que o isolamento deve começar no máximo (mais ou menos o que fez a China) e ser vagarosamente relaxado.

Em suma, a visão econômica desses dois trabalhos é clara: deixar a economia correr por conta própria não é o melhor a ser feito, nem do ponto de vista de número de mortes nem do ponto de vista de atividade econômica a médio prazo. O isolamento forçado é a política mais eficiente.

coronavírus mercado

Medida libera crédito a devedoras da União

MP dispensa exigências e facilita financiamento público a empresas com dívidas fiscais e do FGTS durante pandemia

Fábio Pupo e Gustavo Uribe

BRASÍLIA O governo editou uma nova medida provisória voltada ao crédito, desta vez permitindo a concessão de empréstimos com recursos públicos a empresas que tenham pendências com a União.

A medida, criada pelo Ministério da Economia, dispensa uma série de exigências prévias hoje na legislação, facilitando o financiamento público a empresas com dívidas fiscais e do FGTS, por exemplo.

A liberação vai ficar em vigor até 30 de setembro de 2020. A justificativa é o momento de calamidade pública trazida pelos efeitos do novo coronavírus e a necessidade de ampliar os programas de crédito emergencial para todas as empresas, de modo que elas mantenham as atividades e preservem empregos.

A nova MP libera, por exemplo, empréstimos com recur-

sos públicos mesmo sem apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND), que atesta a regularidade fiscal da empresa. Esse ponto especificamente foi um pleito da CNI (Confederação Nacional da Indústria), para que as linhas emergenciais anunciadas ou futuras precisem ter o maior alcance possível.

No visão da entidade, não faria sentido limitar ou restringir o uso de linhas e benefícios anticrise apenas às empresas com regularidade. O governo já fez movimentos parecidos ao estender recentemente a validade das CNDs em vigor por 90 dias. O programa de financiamento de créditos do novo artigo 944, também havia dispensado a apresentação de CND naquelas operações.

A certidão é normalmente exigida em operações de crédito que usem recursos públicos, inclusive aqueles de fundos constitucionais e de incen-

tivo de desenvolvimento regional (como FNO, FNE e FCO), do FGTS, do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador) e do FNE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), além daqueles que usam a cartada de poupança (na habitação, por exemplo).

Também foi liberada pela nova MP a apresentação da regularidade do FGTS, normalmente obrigatória na obtenção de créditos, isenções, subsídios e auxílios da administração pública. Com isso, as empresas devedoras do FGTS foram liberadas para contrair empréstimos públicos.

Para empresários rurais, foi pensada a apresentação de comprovantes de quitação do ITR (Imposto Territorial Rural) para créditos públicos voltados ao setor.

Apesar da flexibilização, o Ministério da Economia manteve o impedimento de concessão de empréstimo público a em-

presas com dívidas de natureza previdenciária ou da seguridade social. Isso porque a Constituição impede o benefício público a esse tipo de devedor.

O ministério chegou a avaliar algum tipo de mudança para atender devedores do INSS, mas uma iniciativa desse tipo não encontrou consenso internamente porque beneficiaria um universo pequeno do conjunto total das empresas e a demanda seria enorme para a aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição).

O governo ainda facilitou o penhor de veículos, revogando de forma definitiva um artigo do Código Civil que exigia esse tipo de operação seguro contra furto, avaria, perecimento e danos causados a terceiros. A interpretação é que o Estado não pode fazer tal tipo de exigência em negócios privados.

AMP ainda determinou que os bancos públicos serão obri-

gados a encaminhar à Receita Federal e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), trimestralmente, as informações sobre o risco de recursos públicos.

As MPs têm força imediata de lei. Mesmo assim, precisando da posterior apreciação pelo Congresso para virar definitivamente leis ordinárias. Seu prazo máximo é de quatro meses, perdendo a validade caso não tenha sua votação concluída nesse período por parte dos parlamentares. Recentemente, esse rito foi acelerado devido à urgência da pandemia.

Quando leis foram perguntadas sobre o risco de entregar a essas empresas, os técnicos do Ministério da Economia responderam que a medida só libera os bancos de exigir os documentos. Carlos César, secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, disse que cada institu-

ção pode continuar com suas análises próprias de risco.

O governo estuda outras medidas de crédito. Entre elas, o uso do FGI (Fundo Garantidor de Investimentos) do BNDES em linhas destinadas a capital de giro de médias empresas.

Outra medida sendo preparada, lembrou Costa, é o socorro a grandes setores a ser dado por um consórcio de bancos. O grupo será formado por BNDES, Banco do Brasil, Santander, Bradesco e Itaú. Segundo ele, a Caixa ficou fora porque seu foco é o pequeno empresário. Ao menos cinco setores devem receber o auxílio, o aéreo, o automotivo, o de varejo não alimentício (como rede de vendas de eletrodomésticos), o de energia e o sucroalcooleiro.

Vivões das Commodities Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada.

Câmara aprova MP que faz da Embratur agência autônoma

BRASÍLIA A Câmara aprovou nesta segunda (27) o texto-base da medida provisória que transforma a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) em agência autônoma e que reparte com o órgão de turismo a função de recursos que iam para o Sesc e ao Senac.

Os deputados ainda votaram propostas de alteração. Depois, o projeto vai ao Senado, antes de ser votado para sanção. O texto original tratava de duramente as fontes de receita do Sebrae, que recebeu 85,7% do adicional da Cide reativada ao Sistema S. A iniciativa assinada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) colocava 15,7% desse bloco para ajudar a financiar a Embratur.

Diante da pressão do Sebrae, o texto foi modificado. O relator, deputado Newton Cardoso Jr. (MDB-MS), decidiu que a Embratur só receberá a parte da Cide distribuída a Sesc e Senac.

Resumo financeiro da Beneficência Portuguesa de São Paulo (BPS) para o ano de 2019, incluindo balanço patrimonial, demonstração de resultados, demonstração de fluxo de caixa e demonstração de patrimônio líquido.

Resumo financeiro da Beneficência Portuguesa de São Paulo (BPS) para o ano de 2019, incluindo balanço patrimonial, demonstração de resultados, demonstração de fluxo de caixa e demonstração de patrimônio líquido.

AVISOS DE LICITAÇÃO do Município de Caxias do Sul, RS, para contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos.

TECNISA S.A. - Relatório de Administração 2019. Informações sobre o desempenho financeiro e operacional da empresa em 2019.

Companhia Siderúrgica Nacional - Relatório de Administração 2019. Informações sobre o desempenho financeiro e operacional da empresa em 2019.

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA. AVISO DE PROPOSIÇÃO - REPUBLICAÇÃO. Edital para licitação de obras de infraestrutura urbana.

COMUNICADO DE AOS CLIENTES - A.D. Móvel S.A. - Informações sobre o processo de recuperação judicial e o plano de recuperação.

COMUNICADO DE AOS CLIENTES - A.D. Móvel S.A. - Informações sobre o processo de recuperação judicial e o plano de recuperação.

COMUNICADO DE AOS CLIENTES - A.D. Móvel S.A. - Informações sobre o processo de recuperação judicial e o plano de recuperação.

COMUNICADO DE AOS CLIENTES - A.D. Móvel S.A. - Informações sobre o processo de recuperação judicial e o plano de recuperação.

Relatório de Administração 2019 - TECNISA S.A. - Detalhes sobre o desempenho financeiro, operacional e ambiental da empresa em 2019.

IBRA IMOB SMLL INDX IGCT ITAG IGC - Logotipos e informações das empresas do grupo imobiliário.

Sinal na hora certa para Guedes

O Globo · 28 abril 2020 · MÍRIAM LEITÃO oglobo.com.br/economia/miriamleitao miriamleitao@oglobo.com.br Com Marcelo Loureiro

O sinal do presidente Bolsonaro de fortalecimento do ministro Paulo Guedes veio na hora certa, porque havia ruídos demais se acumulando na equipe econômica e na própria economia. Mas a frase do presidente de que “o homem que decide a economia é um só, chama-se Paulo Guedes” não pode ser comprada pelo seu valor de face. Bolsonaro várias vezes atropelou o seu ministro da Economia. A entrevista acabou com a dúvida gerada pelo plano Braga Netto. Ontem, na equipe se respirava aliviado pelo recado de que Guedes continua sendo o condutor da política econômica e também pela confirmação da emenda aprovada no governo Temer. “Para que falar de derrubar o teto, se é o teto que nos protege durante a tempestade”, disse Paulo Guedes.

O passo que estava sendo imaginado em áreas do governo era o de retirar as despesas com investimento público do cálculo do teto de gastos. Isso tem muitos defensores. O problema é que se fosse de fato proposto, seria o início de uma mudança completa de rumo. Um membro da equipe, com quem conversei, foi taxativo no domingo. “Se acontecer isso todo mundo sai”. Paulo Guedes, antes da conversa com o presidente, já havia dito para a equipe que ele não aceitaria essa mudança de rumo. Se Guedes saísse agora, com toda a sua equipe, seria mais um desmoronamento em um governo já fragilizado pelo comportamento errático e conflituoso do presidente. Por isso, o movimento de ontem, logo de manhã, ajudou o próprio governo. Antes da pandemia, Bolsonaro havia dado sinais de dúvida em relação à agenda de reformas. Isso ficou claro no adiamento do envio da reforma administrativa. Primeiro ele disse que ela seria discutida com os outros ministros, depois marcou e desmarcou diversas vezes a data de envio. Por fim, deixou a proposta em banho-maria. O presidente disse a Guedes que não queria abrir uma briga com o funcionalismo. E sugeriu mudanças que enfraqueceram a reforma. Ontem, sintomaticamente, Paulo Guedes fez apenas um apelo para que o funcionalismo não peça aumento salarial. Aos estados impôs como condição para o socorro a proibição de reajuste por dois anos. Isso não foi feito para o servidor federal.

Paulo Guedes aproveitou o momento em que o chefe o fortalecia para dar o troco a quem apresentou o Pró-Brasil. Chamou de “estudos”, disse que será feito dentro do programa de “estabilidade fiscal”. Lembrou que quando o governo investe, “o Tesouro é o caixa”. Para deixar mais claro ainda seu pensamento. “O que nós não podemos fazer é justamente um plano nacional de desenvolvimento, como antigamente”. Os velhos PNDs da época do regime militar são a tendência natural do presidente. O desenvolvimento conduzido pelo Estado sempre foi o projeto no qual Bolsonaro acreditou.

Guedes aguentou vários dissabores nos últimos 16 meses. Um deles foi a demissão de Joaquim Levy em entrevista na porta do Palácio. A explicação que Guedes deu à equipe foi que, apesar de não ter gostado da forma com o presidente agiu, Levy teria errado ao não ter dado uma satisfação ao presidente sobre a abertura da caixa preta. Na verdade, o substituto de Levy, amigo dos filhos do presidente, Gustavo Montezano também não abriu caixa preta alguma. De-

pois Bolsonaro demitiu o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra. “Morreu em combate nosso valente Marcos”, lamentou Paulo Guedes.

O ministro da Economia recebeu reforços ontem, mas adulou o presidente com exageros de linguagem para serem usados politicamente. Disse que o presidente “incluiu 50, quase 60 milhões de brasileiros na camada de assistência social e serviço de saúde.” Quem incluiu brasileiros no serviços de saúde foi o SUS, e o auxílio emergencial foi uma construção com o Congresso, como bem lembrou Rodrigo Maia.

Em outro momento, fez o seguinte relato favorável a Bolsonaro: “O presidente diz: ninguém tira direito, ninguém tira salário, ninguém encosta em nenhum direito que existe hoje”. Bom, isso valeu só para o funcionalismo, porque os trabalhadores privados estão perdendo emprego e renda, caminho facilitado pelas decisões do governo. Por fim, Guedes garantiu o que ainda é incerto: que o país vai retomar o crescimento rapidamente. Em “V”, como ele prometeu. Se o governo perdesse Guedes seria mais um desmoronamento, mas o ministro prometeu uma retomada ainda incerta

Senado e governo propõem congelar salário de servidor

Medida faz parte do projeto de socorro a estados e municípios que será votado na Casa e deve gerar economia de R\$ 130 bi. Para Guedes, funcionalismo não pode atravessar a crise de ‘geladeira cheia’ enquanto milhões de brasileiros perdem o emprego

O Globo · 28 abril 2020 · DANIEL GULLINO, ISABELLA MACEDO E MARCELLO CORRÊA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

O congelamento de salários de servidores federais, estaduais e municipais será incluído no projeto de socorro a estados e municípios a ser votado no Senado, disse o presidente da Casa e relator, Davi Alcolumbre. A medida valerá por 18 meses, com economia de R\$ 130 bilhões. Guedes defende “sacrifício” do servidor.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEMAP) afirmou ontem que o projeto de socorro a estados e municípios que será votado na Casa incluirá como contrapartida o congelamento de salários de servidores de União, estados e municípios por 18 meses, o que resultaria em uma economia para o país de R\$ 130 bilhões.

Mais cedo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, que defende que os governos locais façam algum esforço em troca da ajuda da União, disse que os servidores não podem ficar com a “geladeira cheia”, enquanto milhões de brasileiros estão perdendo o emprego por causa da crise do coronavírus. Segundo o ministro, o funcionalismo também precisa fazer um “sacrifício pelo Brasil”.

—Precisamos que o funcionalismo público mostre que está com o Brasil, que vai fazer um sacrifício para o Brasil. Não vai ficarem casa trancado, com geladeira cheia, assistindo à crise enquanto milhões de brasileiros estão perdendo o emprego. Não, eles vão colaborar. Vão ficar sem pedir aumento por um tempo —disse Guedes, ao sair de uma reunião como presidente Jair Bolsonaro no rono Palácio da Alvorada.

CUTUCÃO DE BOLSONARO

A ideia, no entanto, é esta com cautela por Bolsonaro. Ao lado de Guedes, o presidente cutucou seu ministro quando ouviu a menção ao congelamento de salário do funcionalismo. A reação discreta foi flagrada pela transmissão pela internet, feita pela própria Presidência da República.

Nos bastidores, o tema já foi motivo de divergência entre os dois várias vezes. Bolsonaro teme o impacto político de patrocinar uma medida de arrocho durante a pandemia. Guedes, por sua vez, defende que é a hora de controlar a despesa com folha salarial.

— O presidente disse que ninguém tira dinheiro, ninguém tira salário, ninguém encosta em nenhum direito que existe hoje. Mas, por atenção aos brasileiros, não peçam aumento por um ano meio, contribuam com o Brasil — concluiu o ministro, apesar dos alertas do chefe.

Depois de defender o congelamento salarial, Guedes se reuniu com Alcolumbre para ajustar os pontos do texto de socorro a estados e municípios. No fim do dia, o presidente do Senado

confirmou a ideia e disse que a proposta deve ser apresentada na quinta-feira. Para tentar vencer resistências, o parlamentar disse que a medida é menos rígida que a ideia de cortar 25% de salários e jornada de trabalho, que chegou a ser prevista em outra proposta do governo:

—Há 15 dias a discussão era cortar 25% dos salários dos servidores municipais, estaduais e federais. Então acho que seria um gesto evitarmos os reajustes por 18 meses e em contrapartida termos os recursos para ajudarmos os estados e municípios.

Segundo ele, a previsão de economia de R\$ 130 bilhões foi repassada pela equipe econômica. Não está claro se todos esses recursos seriam para ajuda aos entes federados:

—Agente está falando de economia, ou seja, recursos que sobrarão para os cofres da União, dos estados e dos municípios, na monta de R \$130 bilhões em 18 meses—afirmou.

A proposta em negociação no Senado é um texto alternativo, após a equipe econômica ter discordado do projeto aprovado na Câmara. O projeto dos deputados prevê que a União compense por seis meses estados e municípios por perdas na arrecadação de impostos. A ideia é criticada por Guedes, que vê na medida um “cheque em branco” para gestores locais. O governo federal quer oferecer um valor fixo aos governos regionais. Segundo Alcolumbre, o apoio seria de quatro meses.

Se aprovado, o novo texto segue para análise dos deputados e, caso seja alterado, retorna aos senadores, que terão a palavra final sobre a medida.

Alcolumbre quer congelar salários nos Estados

Proposta fixa um valor de repasse para compensação de perda de receitas tributárias de governadores

Por **Fabio Graner e Raphael Di Cunto** — De Brasília

28/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), deve sugerir um valor maior de repasse para os Estados e municípios em socorro pelas perdas de ICMS por conta da pandemia da covid-19. Em reunião ontem com a equipe econômica, ele sinalizou um montante fixo entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões por quatro meses, mas que incluiria também contrapartidas, como o congelamento de salários de servidores por 18 meses.

Obviamente os valores podem mudar no transcorrer das negociações. Na noite dessa segunda, por exemplo, o senador pretendia encontrar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Relator do projeto de socorro aos Estados aprovado pela Câmara, Alcolumbre pretende apresentar um texto até quinta-feira e votar a matéria no sábado.

A versão aprovada pelos deputados não previa um valor fixo de repasse, estabelecendo a compensação com base nas perdas do ICMS em relação aos mesmos meses do ano passado. A estimativa era que, em um cenário de perda de 30% de receita, o impacto seria superior a R\$ 80 bilhões em seis meses, mas o efeito poderia ser maior que isso, já que não tem qualquer limitador.

Contrariada, a equipe econômica apresentou uma proposta de R\$ 40 bilhões em três meses, mas impondo que parte fosse usada na saúde e parte em outras áreas. A grande preocupação dos técnicos é evitar um “incentivo perverso” para os gestores, que poderiam desonerar empresas e não cobrar inadimplentes.

Agora, Alcolumbre aponta para uma solução intermediária. Apesar de ainda não estar fechado, o caminho apontado pelo senador agrada a área econômica, mesmo implicando em um custo maior do que o Tesouro se dispunha inicialmente. Vale lembrar que a União terá que se endividar para fazer essa compensação.

No início da noite, Alcolumbre afirmou que a ideia de congelar os salários dos servidores por 18 meses deve gerar uma economia de gastos da ordem de R\$ 130 bilhões. “Há 15 dias a discussão não era não reduzir salário, era cortar em 25%. Seria um gesto, limitar reajustes por 18 meses, mas sem cortar os salários”, disse. “Além do aporte financeiro, nós do Parlamento também estaremos dando essa folga no orçamento”, afirmou.

Servidores públicos já reagiram criticando a proposta de congelamento de salários, que o ministro Paulo Guedes quer também fazer para o funcionalismo federal.

Alcolumbre disse que o texto que apresentará “será curto”, com poucos artigos, e “muito focado nesse valor que o governo vai conseguir disponibilizar, nesse critério [de distribuição] e nas contrapartidas que serão executadas”.

O presidente do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), Rafael Fonteles, defendeu a aprovação rápida de uma medida de socorro aos Estados pelas perdas do ICMS. Segundo ele, o grupo ainda defende a proposta da Câmara, que não estabelecia limite para a compensação do ICMS, mas ele pondera que, para o momento, é mais urgente aprovar alguma solução mesmo que seja de meio-termo e, se for caso, depois complementar.

Para o líder do grupo de secretários, que também comanda a área de Fazenda do Piauí, a recomposição parcial das perdas não salvaria os Estados de um colapso. “Se em um Estado cair a receita em 40% e a recomposição for de 20%, vai colapsar. A tese nossa é de neutralizar essa perda, em valores nominais”, disse.

Ele acrescentou que os Estados estão dispostos a aceitar contrapartidas como o congelamento de salários de servidores. Segundo Fonteles, uma possibilidade é se estabelecer um teto para as perdas a ser considerado na definição do socorro. “Poderia ser com base em previsão aproximada”, afirmou.

Em meio ao embate federativo, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes defendeu que os Estados possam abater de sua dívida com a União as despesas feitas para o combate à pandemia. Também no âmbito do STF, o ministro Alexandre de Moraes, que concedeu liminares autorizando a suspensão de pagamento dessas dívidas, recebeu pedido dos entes para que a medida dure até o fim do ano, e não só por seis meses. E que o uso do espaço fiscal não fique restrito à saúde, podendo também ir para outras áreas. **(Colaboraram Lu Aiko Otta, Luísa Martins e Marcelo Ribeiro)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Use o número do seu INSS para simular um empréstimo. Conheça
PB CONSIGNADO

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPOWER CAPS

LINK PATROCINADO

Bahia: 30 cursos sem mensalidades para a população.
CAPACITANDO O BRASIL

LINK PATROCINADO

As irmãs idênticas nascidas em 2010 cresceram e se tornaram as gêmeas mais lindas do mundo
MEDICAREGRANNY

LINK PATROCINADO

Mãe suspeita que já tinha visto o noivo de sua filha antes, até que decide ver as fotos de um álbum antigo e se dá conta de algo totalmente inesperado
DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Demitido há uma semana, Mandetta posta foto ao lado de Moro e manda 'parabéns' ao ex-juiz

VALOR INVESTE

Efeito Moro: Ibovespa afunda e dólar bate recorde com pedido de demissão

VALOR INVESTE

Valor Investe na CBN: Efeito Moro

 COMENTÁRIOS

Banco de desenvolvimento de MG acelera desembolsos

BDMG trabalha com a expectativa de fechar o ano com R\$ 2 bilhões de desembolsos de crédito ante R\$ 1,3 bilhão de 2019

Por Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte

28/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A demanda por capital emergencial por parte de empresas está impulsionando os desembolsos feitos pelo maior banco estadual de desenvolvimento do país. O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) trabalha com a expectativa de fechar o ano com R\$ 2 bilhões de desembolsos de crédito - ante R\$ 1,3 bilhão de 2019. O aumento esperado tem uma ligação direta com a pandemia.

Segundo Sérgio Gusmão, presidente da instituição, o banco já trabalhava com uma expectativa de aumento de concessão de crédito este ano, porque antes da crise do coronavírus a expectativa era que a economia crescesse mais do que no ano passado.

Com a mudança completa do cenário, a tendência é que a retração do PIB seja compensada em parte pela busca de crédito por parte de empresas para se manterem em pé.

“Essa demanda por liquidez tem um impacto [positivo para a oferta de crédito]”, disse o executivo. Os números até abril já mostram aceleração no ritmo de empréstimos. Até quinta-feira da semana passada, o volume desembolsos superava a marca dos R\$ 420 milhões, 18% superior ao mesmo período do ano passado.

O BDMG lançou linhas específicas para empresas do setor de saúde, de turismo e outra para micro e pequenas empresas.

“A grande necessidade que a gente identificou neste momento é dar liquidez para empresas de maneira que elas possam atravessar a fase mais aguda da crise”, disse ele.

Com esse aumento por crédito, o banco, segundo Gusmão, poderá captar até o fim do ano R\$ 1 bilhão junto a instituições multilaterais ou a bancos privados.

O banco, no entanto, também tenta se preparar para o período pós-pandemia. E está começando a trabalhar em um projeto de concessão rodoviária em um trecho de quase 300 km entre as cidades de Brumadinho e Mariana.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) fechou um acordo com o BDMG pelo qual aporta US\$ 650 mil, advindos do Ministério das Finanças do Japão. Os recursos repassados pela instituição multilateral vão ser usados para a estruturação da modelagem do projeto de concessão.

“Precisamos pensar com um ou dois anos à frente para quando nós tivermos atravessado a crise do covid-19 e preparar projetos robustos de investimentos”, disse Gusmão.

“A participação dos parceiros privados tanto em concessões quanto em parcerias público-privadas como fonte de investimento vai ser parte da solução parte da retomada do crescimento, e também para aumentar o estoque de capital no Brasil”, disse ao **Valor** Morgan Doyle, representante do BID no Brasil.

Expectativa para o PIB se mantém em queda e chega a -3,34% no Focus

Revisão para baixo do crescimento da economia do país ocorre pela 11ª semana consecutiva

Por **Felipe Frisch** — De São Paulo

28/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A mediana das projeções do mercado para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano recuou pela 11ª semana consecutiva, agora de -2,96% para -3,34%, no Relatório Focus, do Banco Central (BC), divulgado ontem com estimativas coletadas até o fim da semana passada.

O corte reflete as mudanças nas expectativas anunciadas por bancos, corretoras, gestoras de recursos e consultorias nas últimas semanas, após o aumento dos receios quanto aos efeitos da pandemia de covid-19, causada pelo novo coronavírus, na economia. Algumas instituições já projetam retração de 5% ou maior para o PIB brasileiro em 2020.

Para 2021, o ponto-médio das expectativas também caiu, de 3,10% para 3,00%, interrompendo o incipiente otimismo sobre a recuperação, ainda que parcial, no ano que vem. O movimento havia iniciado cerca de um mês atrás, quando a medianas das previsões para 2021 apontava alta de 2,5%, praticamente o mesmo percentual desde que o BC começou a coletar as estimativas dos economistas para o período, em março de 2017.

PUBLICIDADE

Ads by Teads

A mediana das projeções dos economistas do mercado para a inflação oficial em 2020 teve nova queda, de 2,23% para 2,20%, segundo o Focus.

Para 2021, o ponto-médio das expectativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) permaneceu em 3,40%.

Entre os economistas que mais acertam as previsões, os chamados Top 5, de médio prazo, a mediana para a inflação oficial manteve-se em 1,56% para 2020 e 3,10% para 2021.

Para os 12 meses seguintes, a pesquisa indicou alta, de 2,86% para 2,93%, no IPCA acumulado.

A meta de inflação a ser perseguida pelo Banco Central é de 4,00% em 2020, 3,75% em 2021 e 3,50% para 2022, sempre com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Já a mediana das estimativas para a taxa básica de juros no fim do ano que vem caiu de 4,50% para 4,25%.

Entre os economistas que mais acertam as previsões, o ponto-médio para a Selic no fim de 2021 manteve-se em 3,88%, possivelmente devido a uma divisão das estimativas entre os dois extremos próximos, de 3,75% e 4,00%.

Impulso fiscal deve ser recorde em 2020

Nas estimativas do Itaú, impulso fiscal à demanda agregada a ser observado este ano será recorde da série histórica do banco, que começa em 1998

Por Arícia Martins — De São Paulo

28/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Invertendo o sinal

Trajetória anual do impulso fiscal - Em p.p. do PIB



Fonte e elaboração: Itaú

Em terreno contracionista desde 2017, após a adoção do teto de gastos, o impacto da política fiscal na demanda agregada vai inverter o sinal neste ano devido ao pacote de medidas para combater a crise do coronavírus. Segundo estimativa do Itaú Unibanco feita a pedido do **Valor**, o impulso fiscal deve ser positivo em 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, maior nível da série do banco, iniciada em 1998. O fôlego extra dado pelos gastos do governo não será suficiente para evitar recessão, mas ajuda a atenuar o tombo da atividade.

Autor dos cálculos, o economista Pedro Schneider observa que o cenário mudou bastante desde fevereiro, quando o banco previa que a política fiscal teria efeito negativo sobre a demanda, em 0,3% do PIB, seguindo a tendência de ajuste das finanças públicas dos últimos três anos. O impacto da postura fiscal na atividade é medido pela variação do resultado primário (excluindo gastos com juros) estrutural entre um ano e outro.

Sob esse conceito, gastos e receitas não recorrentes deixam de fazer parte da conta. Como, em tese, todas as medidas para fazer frente à crise serão transitórias, não faz sentido divulgar um cálculo de resultado estrutural agora, avalia o economista.

“Será necessária uma resposta maior da política fiscal no curto prazo, porque a prioridade é sustentar a receita das empresas e o emprego e a renda das famílias. Não adianta o governo querer economizar neste momento”, diz ele.

PUBLICIDADE

Ads by Teads

Até agora, já foram anunciados R\$ 425 bilhões em medidas que vão na direção de maior impulso fiscal, o equivalente a 5,8% do PIB, aponta Schneider. Como a projeção anterior era de efeito negativo de 0,3% do produto, o saldo líquido esperado para o impulso fiscal em 2020 é positivo em 5,5% do PIB, mas o economista pondera que há muita incerteza nesses números.

“Talvez ainda seja cedo para cravar um número, porque o déficit primário do ano ainda é muito dependente de quanto será a queda do PIB e quantas medidas do governo serão necessárias”, comentou. O Itaú espera que a economia recue 2,5% em 2020, mas o economista-chefe do banco, Mario Mesquita, afirmou em webinar promovido pelo **Valor** no início de abril que a retração pode ser mais forte, a depender da intensidade da retomada após o choque.

Mesmo com dúvidas acerca da magnitude e duração da recessão e da somatória final das medidas, a contribuição positiva da política fiscal à demanda a ser observada neste ano será relevante em termos históricos. Em 2009, quando o governo também fez forte expansão de gastos para minimizar os efeitos da crise financeira iniciada em 2008, o impulso fiscal foi positivo em 1,5% do PIB, nas contas do Itaú.

“Ele ajuda o PIB a ter uma queda menor. O objetivo do impulso fiscal é sustentar as empresas e a renda das famílias, para que a crise, que é de circulação de pessoas, não se torne uma crise financeira”, afirma Schneider, para quem o Brasil fez um pacote fiscal anticrise expressivo se comparado a outros países.

Diante da gravidade da recessão e da necessidade de resposta do governo, a piora dos indicadores fiscais neste ano é inevitável. No cenário do banco, o setor público consolidado, que reúne as contas de governo central, Estados e municípios, terá déficit primário de 8% do PIB em 2020, ou R\$ 600 bilhões. Já a relação entre dívida bruta e produto vai alcançar 86,5% ao fim do ano, vindo de 75,8% em 2019.

A dívida pública brasileira vai subir entre dez e 15 pontos percentuais do PIB, mas já era cerca de 20 pontos maior do que a média de países emergentes, ressalta o economista. “Estamos com uma alta igual da dívida, sendo que já partimos de um patamar maior. Só não estamos fazendo mais [impulso fiscal] porque isso poderia agravar ainda mais a nossa situação.”

Como todos os setores devem ser afetados negativamente, diferentemente do ocorrido na crise de 2009, o governo precisa reagir com medidas horizontais, diz Schneider, direção que tem sido cumprida em sua avaliação. “As medidas anunciadas não têm grande diferencial por segmentos. O máximo que teve foi diferenciação por faturamento para pequenas e médias empresas, mas a ajuda é horizontal.”

Montadoras temem fim unilateral de acordo automotivo com a Argentina

Oficialmente, setor não se considera afetado pela decisão do país de deixar negociações no âmbito do Mercosul

Por Marli Olmos — De São Paulo

28/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Paulo Guedes e o então ministro argentino Dante Sica assinaram acordo automotivo no ano passado, no Rio, agora sob risco — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A indústria automobilística não será, em princípio, prejudicada pela decisão do governo argentino de abandonar as negociações do Mercosul. Existe um acordo específico para o setor, entre Brasil e Argentina, firmado há 20 anos e renovado inúmeras vezes desde então. Mas, nos bastidores, a iniciativa despertou preocupação com a possibilidade de o presidente Alberto Fernández vir a tomar uma decisão unilateral semelhante em relação também ao acordo automotivo.

A última renovação desse entendimento, fechada em setembro, buscou justamente alinhar os interesses de dois governos liberais - de Jair Bolsonaro e do então presidente Mauricio Macri - com vistas às negociações com a União Europeia, um

assunto sobre o qual o governo argentino, agora, não se interessa.

O entendimento, que manteve quase inalteradas as atuais regras de limitação de volumes na troca comercial, foi prorrogado até junho de 2022. Mas, ao mesmo tempo, as partes estabeleceram uma agenda de metas de longo prazo que permite o intercâmbio comercial de veículos e de peças entre os dois países livre de impostos a partir de 2029.

A ideia dos governos e das empresas envolvidas foi organizar o setor automotivo com antecedência para inseri-lo no entendimento com os europeus. Os fabricantes de veículos e alguns dos grandes fornecedores de autopeças têm interesse no acordo com a União Europeia, mas sempre defenderam a ideia de que Brasil e Argentina tinham que agilizar reformas que consideram necessárias para tornar as fábricas sul-americanas competitivas o suficiente para enfrentar a concorrência global.

Foi assim que no dia 6 de setembro Dante Sica, o então ministro da Produção do governo Macri, voou para o Rio, onde o ministro da Economia, Paulo Guedes o esperava para renovar rapidamente o acordo que já havia vencido. Mas havia outro motivo para a pressa. As eleições primárias na Argentina, que ocorreram em agosto, já indicavam que a chapa de oposição kirchnerista tinha tudo para vencer. Houve forte pressão das montadoras para fechar o acordo do setor que representa cerca de 50% do comércio entre os dois países.

Na ocasião, Guedes disse que o governo brasileiro havia encontrado no argentino “a mesma disponibilidade de abrir a economia”. Mas o cenário mudou com a pandemia da covid-19 e, por isso, Fernández anunciou, na sexta-feira, a decisão de abandonar as negociações do Mercosul para poder dar prioridade à economia interna de seu país.

Em princípio, não interessa à Argentina romper com o acordo automotivo que mantém com o Brasil desde 1999. Esse é um setor dominado por empresas multinacionais com fábricas nos dois países. Ao longo dos anos, os fabricantes de veículos montaram e desmontaram operações em ambos os lados da fronteira ao sabor do que lhes convinha.

A grosso modo, o plano que essas multinacionais sempre tiveram em mente era fazer dos negócios no Brasil e Argentina - que concentram a produção na região - uma única operação. Mas as oscilações econômicas as obrigaram a ajustes nem sempre condizente com as estratégias planejadas.

Por isso, se não preservar esse entendimento, o governo argentino corre o risco de ver linhas de montagem daquele país serem deslocadas para o lado brasileiro.

O acordo bilateral automotivo estabelece que o Brasil tem que importar da Argentina, em veículos ou componentes, o equivalente a US\$ 1 para cada US\$ 1,5 exportado para o parceiro.

O entendimento acertado no Rio em setembro fixa aumento gradativo do valor exportado pelo lado brasileiro até chegar a US\$ 3 em 2029. A partir de então valerá o livre-comércio entre os dois países.

Consultada, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea) disse apenas “acreditar na prorrogação do acordo até 30 de junho de 2022”. Já o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes (Sindipeças) afirmou não ter informação de que a Argentina pretenda romper nenhum acordo existente. “Sua posição é de não se engajar em novos acordos, neste momento, com países de fora do Mercosul”, destacou a entidade.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
BLEND BERRY CAPS

LINK PATROCINADO

Use o número do seu INSS para simular um empréstimo. Conheça
PB CONSIGNADO

O fim do voto de qualidade no Carf

A Lei não distingue os contribuintes que buscam a economia de tributos por meios legítimos daqueles que se valem de sonegação

Por Paulo Roberto Riscado Junior

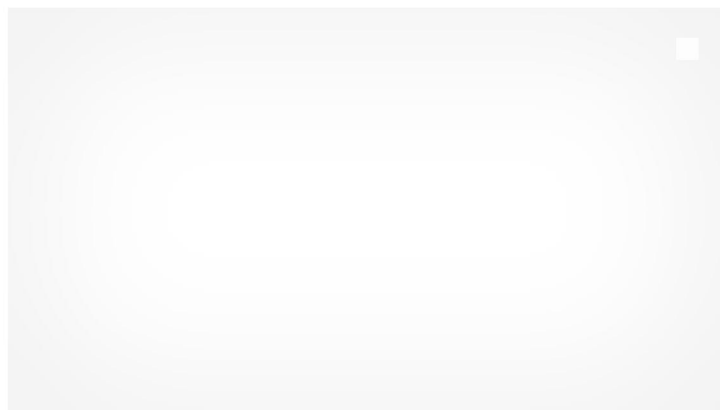
28/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Lei 13.988/2020, publicada em 14 de abril, instituiu uma alteração radical na estrutura do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

O Carf, órgão de julgamento administrativo de recursos contra autuações fiscais da Receita Federal, possui composição paritária, ou seja, suas turmas são formadas por igual número de conselheiros representantes da Fazenda e dos contribuintes. Em decorrência da paridade, é possível que ocorram empates nas votações dos conselheiros. Até a edição da Lei 13.988/2020, o desempate era atribuído ao presidente da turma de julgamento, auditor fiscal da Receita Federal, que exercia o chamado “voto de qualidade”.

A Lei não distingue os contribuintes que buscam a economia de tributos por meios legítimos daqueles que se valem de sonegação

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A Lei 13.988 estabelece que, a partir de agora, em caso de empate, não há voto de qualidade e o resultado do julgamento será favorável ao contribuinte. Note-se, não se trata de aperfeiçoamento do critério de desempate, mas da definição, em Lei, do resultado de um julgamento administrativo.

O dispositivo, um “jabuti” inserido em um projeto de lei de conversão que tratou de transação de créditos tributários, é uma avocação, pelo Poder Legislativo, da atividade de julgamento administrativo. A norma transforma o empate (um resultado neutro, portanto, que deveria ser submetido a um critério de desempate a ser exercido pelo próprio Carf) em decisão desfavorável à União.

É interessante tentar entender a razão dessa mudança. O Carf possui um estoque de créditos tributários em julgamento da ordem de aproximadamente R\$ 600 bilhões. O voto de qualidade ocorre, usualmente, na menor parte dos processos (7%, de acordo com informações do Carf). Porém, esses são casos complexos e polêmicos, que concentram valores elevados (R\$ 114 bilhões aproximadamente) e envolvem teses relevantes que, normalmente, interessam a grandes contribuintes.

Portanto, em um primeiro momento, a inovação instituída pela Lei 13.988/2020 afetará julgamentos de teses relevantes e de valores elevados. Entende-se que o empate em todos aqueles litígios complexos e polêmicos resultaria, assim, em decisão benéfica aos contribuintes.

Ora, durante muito tempo foi alegado que o voto de qualidade teria transformado o Carf em um Tribunal tendencioso, pró Fazenda. Porém, percebe-se que a Lei 13.988/2020 virou o pêndulo integralmente para o lado do contribuinte. Essa é uma forma inapropriada de lidar com qualquer órgão de julgamento, especialmente administrativo.

Ou seja, ao transformar o resultado neutro, o empate, em decisão favorável ao contribuinte, a Lei 13.988/2020 desequilibra o contencioso administrativo, gerando uma situação que não se reproduz nas leis processuais civis brasileiras, e sem nenhum paralelo no sistema jurídico nacional, nem mesmo no processo penal.

O problema é que a Lei 13.988/2020, além de desestruturar o Carf poderá fragilizar o enforcement da administração tributária como um todo. Isso pode acarretar em comportamentos oportunistas, menor conformidade, mais esquemas de planejamentos tributários ilícitos e em redução da arrecadação, algo muito preocupante em tempos de dramáticas restrições fiscais e aumento da desigualdade.

Por outro lado, a Lei 13.988/2020 erra ao juntar em uma mesma norma situações de empate em julgamentos de casos complexos e em casos de fraude. A Lei não distingue os contribuintes que buscam a economia de tributos por meios legítimos daqueles que se valem de sonegação fiscal.

Sobre esse ponto, o ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, externou sua preocupação ao defender o veto do dispositivo afirmando que “a eventual fragilização do procedimento de formação [do crédito tributário] tem, além de consequências na arrecadação tributária, efeito colateral negativo no combate ao crime em geral”.

Na verdade, a questão do voto de qualidade poderia justificar o debate sobre o aperfeiçoamento do critério de desempate no Carf, sobre a atualização do modelo de contencioso administrativo, ou até mesmo acerca da redução das multas administrativas aplicadas pela Receita Federal. Aliás, essa era a proposta inicial, oriunda da Câmara dos Deputados, que previa a redução da multa em caso de empate no Carf.

Em suma, ao invés de otimizar e fortalecer o Carf, a Lei 13.988/2020 o enfraquece. A fragilização do sistema de contencioso administrativo tributário federal é um equívoco. Haveria muitas outras alternativas para reformar o modelo atual, inclusive aproveitando outros paradigmas de tribunais administrativos exitosos. Porém, infelizmente, a inovação legislativa poderá gerar efeitos prejudiciais e inseguranças.

Paulo Roberto Riscado Junior é procurador da Fazenda Nacional, ex-coordenador da Atuação da PGFN no Carf.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
BLENDERRY CAPS

LINK PATROCINADO

Use o número do seu INSS para simular um empréstimo. Conheça
PB CONSIGNADO

LINK PATROCINADO

Bahia: 30 cursos sem mensalidades para a população.
CAPACITANDO O BRASIL

LINK PATROCINADO

As irmãs idênticas nascidas em 2010 cresceram e se tornaram as gêmeas mais lindas do mundo
MEDICAREGRANNY

Sem auxílio da União, Rio pode ter crise em junho

Estado enfrenta queda de 20% na receita de abril

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

28/04/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Num cenário sem qualquer recomposição de receita ou outro auxílio financeiro da União, o governo fluminense teria dificuldade para honrar obrigações financeiras com fornecedores ainda em junho e poderia, em último caso, atrasar o pagamento do funcionalismo em julho. Em abril, a arrecadação tributária do Estado do Rio de Janeiro apresentou queda até agora de 20%, uma perda de R\$ 710 milhões em relação ao mesmo mês de 2019, segundo dados da Fazenda estadual.

“A arrecadação [de abril] se refere a fatos geradores ocorridos em março. E metade do mês [de março] foi normal”, explica Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, titular da Fazenda fluminense, referindo-se ao início da quarentena, na segunda quinzena de março. Em maio, portanto, o efeito pleno da desaceleração econômica decorrente da pandemia seria sentido integralmente.

O fluxo de caixa passaria a ser negativo a partir do início de junho. “Se a arrecadação que entra em 10 de junho vier 30% menor, isto travaria o pagamento dos fornecedores”, sustenta Carvalho. A maior parte da arrecadação de ICMS entra nos cofres estaduais no dia 10 por causa do calendário tributário, que concentra o vencimento do imposto da maior parte das categorias de atividade econômica nesta data. O Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) projeta uma queda de 20% a 30% na receita de ICMS para este mês. E de 30% a 40% para maio.

Carvalho faz questão de frisar que a “prioridade absoluta” é a quitação da folha de pagamento e que atrasos só aconteceriam em último caso. Na administração anterior à do governador Wilson Witzel (PSC), os atrasos de salários começaram em 2016 e se estenderam até o fim de 2018, o que contribuiu para corroer a popularidade do então governador Luiz Fernando Pezão.

O Estado do Rio tem em sua folha de pagamento 441,1 mil servidores, entre ativos (189,6 mil), aposentados (163 mil) e pensionistas (88,4 mil). O valor líquido da folha é de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões, sendo que cerca de R\$ 1 bilhão é destinado aos funcionários na ativa, e R\$ 1,3 bilhão, para os inativos.

A arrecadação tributária do Estado do Rio gira em torno de R\$ 4 bilhões mensais. Uma perda hipotética de 30% derrubaria a receita para um patamar de R\$ 2,8 bilhões. “Estariamos [neste caso] numa situação absolutamente estrangulada”, afirma Carvalho, acrescentando que este valor teria de cobrir também o pagamento dos duodécimos (parcelas mensais) aos poderes Legislativo e Judiciário.

O Estado do Rio pleiteia uma transferência direta de R\$ 10 bilhões do governo federal a fundo perdido. O secretário estadual de Fazenda argumenta que, se não houver recomposição de receitas tributárias ou outra forma de socorro financeiro, não só o Rio de Janeiro mas todos os outros Estados vão quebrar. Esta seria, segundo ele, uma terceira onda da crise provocada pelo avanço do novo coronavírus. A primeira seria a crise sanitária propriamente dita. A segunda, a desaceleração econômica e o fechamento de empresas. A terceira onda seria provocada pelo colapso financeiro dos Estados.

O Estado chegou a registrar em março aumento na receita consolidada de ICMS, ante igual mês de 2019. No Rio, não há prazo estipulado para o fim do isolamento social. O governador Witzel afirmou na semana passada que a reabertura gradual da economia só ocorrerá após implantação de hospitais de campanha e análise técnica da Secretaria estadual de Saúde.



Por Francisco Góes

Francisco Góes é chefe da Redação no Rio

Um Plano ‘Marshall’ que divide opiniões

Programa Pró-Brasil aprofunda debate sobre uso de recursos públicos para investimento em infraestrutura

28/04/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

Portfólio de projetos do BNDES

PPPs e concessões em estruturação

Projetos	CAPEX (R\$ MM)
Infraestrutura social	59.572
Iluminação pública	1.522
Infraestrutura hídrica	1.500
Saneamento	54.776
Saúde	108
Segurança pública	1.366
Parques naturais	300
Infraestrutura econômica	128.487
Portos	6.800
Rodovias	121.250
Serviços não financeiros	437
Total geral	188.059

Fonte: BNDES

O debate sobre o uso de recursos públicos para obras de infraestrutura no pós-pandemia ganhou força com o lançamento do programa Pró-Brasil, coordenado pela Casa Civil da Presidência, na semana passada. Sob o apelido de Plano Marshall, em referência ao apoio à reconstrução da Europa depois da Segunda Guerra, o programa é tido, pelas alas política e militar do governo, como instrumento importante na recuperação da economia. Mas a iniciativa vem sendo alvo do bombardeio de economistas e da própria área econômica, liderada pelo ministro Paulo Guedes, pelo potencial destrutivo das contas públicas em momento em que os gastos estão concentrados no combate ao coronavírus e seus efeitos.

Embora seja desejável planejar investimentos setoriais para permitir aos investidores, por exemplo, calcular a taxa interna de retorno, há ceticismo entre economistas que seja possível tirar do papel número considerável de projetos em curto espaço de tempo. “Achar que o investimento em infraestrutura vai ser a base para a recuperação pós-pandemia, no contexto institucional do Brasil, esquece”, diz um economista.

BNDES tem em carteira R\$ 188 bi em projetos novos

A crítica faz referência à dificuldade do Brasil de executar obras no prazo e no custo originais ou, o que é pior, deixá-las incompletas por anos ou décadas a fio. Essa tradição, da qual ninguém pode se orgulhar, se explica por falta de planejamento, pelo desenho mal feito de concessões de obras públicas, por lacunas regulatórias e pela falta de bons projetos de engenharia. O Pró-Brasil prevê aportes de recursos públicos de R\$ 30 bilhões até 2022 e a criação de 1 milhão de empregos no período.

Assim que foi apresentado, o programa expôs divergências entre um pensamento mais intervencionista, representado por políticos e militares do Planalto, e a ala liberal, comandada por Guedes. A área econômica do governo tem chamado a atenção para a necessidade de que gastos públicos que vão além do combate à pandemia respeitem as regras fiscais, entre as quais está o chamado teto de gastos, que limita as despesas não financeiras da União à inflação do ano anterior.

O economista Fabio Giambiagi diz que investimentos de longo prazo, como é o caso dos em infraestrutura, dependem de uma taxa de juros também longa, que subiu. Essa taxa, acrescenta, depende da percepção de solvência do setor público, da dívida pública, que é afetada em casos de “contabilidade criativa”. O termo, também chamado de “pedalada”, ficou conhecido do público no governo de Dilma Rousseff e se refere a operações que buscam garantir um ganho artificial para o resultado primário das contas públicas.

Em 2019, Gambiagi e Guilherme Tinoco, ambos economistas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), publicaram artigo no qual defendiam a revisão do teto do gasto público para preservar a capacidade do Estado de investir, e executar políticas públicas, sem deixar de lado o compromisso com a sustentabilidade fiscal. A proposta, hoje sepultada, foi feita em contexto muito diferente do atual, logo depois da aprovação da reforma da Previdência, que teve como um dos artífices o agora secretário do Desenvolvimento Regional do governo Bolsonaro, Rogério Marinho. Menos de um ano depois, Guedes e Marinho estão aparentemente rompidos, pois o ministro da Economia considera o deputado potiguar um dos mentores do Pró-Brasil, que aumenta os gastos públicos.

Um economista que participou do governo de Michel Temer entende, porém, que faz sentido promover um aumento no investimento público em infraestrutura, cujo retorno se dá pela ótica social. Já o investimento privado no setor olha o binômio risco-retorno. O problema, reconhece o técnico, é que não há espaço no Orçamento para mais despesas, o que vai levar a ampliar o déficit público. Mas isso não seria necessariamente um problema, na sua visão: “O custo-benefício para fazer obras com recursos públicos nunca foi tão barato”, argumenta. Na visão dele, não estaria se falando de “muito” dinheiro dada a baixa capacidade do Estado de executar os projetos de infraestrutura a cada exercício fiscal.

“As coisas demoram a acontecer no Brasil”, afirmou. Um exemplo dessa situação, segundo outro economista, é que as primeiras concessões do governo Bolsonaro começaram a ser preparadas na gestão Temer. A visão desses economistas é que o investimento privado em infraestrutura é pouco plausível agora e os desembolsos em concessões existentes serão unicamente os programados, com risco, inclusive, de prorrogação por causa dos efeitos da covid-19.

O BNDES tem em carteira projetos que somam R\$ 188 bilhões (*ver tabela*) em investimentos, dos quais R\$ 70 bilhões podem ser realizados em cinco anos, diz Fabio Abrahão, diretor de infraestrutura, concessões e PPPs do banco. São empreendimentos novos, em fase de modelagem, que vão estar prontos para ir a mercado até 2022. A participação do banco no financiamento dos projetos vai variar dependendo do ativo e do setor, diz Abrahão. O objetivo é envolver cada vez mais os bancos privados nas operações. “Se o BNDES, por meio de boa estruturação, conseguir emprestar menos, mas atraindo outros [bancos], vamos conseguir viabilizar mais projetos.”

Usinas devem ter crédito para estocar etanol

Demandas que exigem mudanças tributárias, porém, enfrentam resistência do Ministério da Economia

Por Camila Souza Ramos — De São Paulo

28/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



O presidente da Cosan, Luis Henrique Guimarães, que participou de "Live do Valor": recursos para estocagem serão bem vindos — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Passadas duas semanas após o segmento sucroalcooleiro formalizar ao governo federal o pedido de três medidas de socorro às usinas, a iniciativa com mais chances de se concretizar é a criação de uma linha de financiamento para estocar etanol. Já as demandas que preveem mudanças em tributos encontram resistência no Ministério da Economia, conforme apurou o **Valor**.

De qualquer forma, a criação da linha de crédito é considerada muito importante pelas empresas da área. Em “live” promovida ontem pelo **Valor**, Luis Henrique Guimarães, presidente da Cosan - que em parceria com a Shell controla a Raízen, que atua no segmento na distribuição de combustíveis e é também a maior empresa sucroalcooleira do país -, afirmou que a medida poderá equilibrar melhor o mercado ante a atual forte retração da demanda.

Para o executivo, deslocar 6 bilhões de litros de etanol para serem vendidos posteriormente, a preços melhores, “já equilibra o mercado neste início de safra”. As conversas para a construção dessa linha já chegaram no BNDES e no Banco do Brasil, e a ideia é também envolver bancos privados nas operações.

PUBLICIDADE

Ads by Teads

Dentre os bancos privados, já houve contatos com o Bradesco, apurou o **Valor**. Até o momento, porém, a possibilidade de participação da concessão de crédito para financiar estoques de etanol ainda não foi apresentada à maior parte das instituições privadas que atende o segmento, segundo fontes.

No BNDES, o pedido das usinas entra em uma fila de reivindicações setoriais que tem na frente outros setores da economia mais afetados que o sucroalcooleiro, como aviação e automotivo, este um dos que mais empregam no país. Mas o segmento sucroalcooleiro está com endividamento elevado e quase 100 usinas em recuperação judicial.

Uma fonte afirmou que muitas empresas de açúcar e etanol já correram em abril para garantir operações de crédito para financiar estocagem de biocombustível e ter capital de giro, o que colaborou para desembolsos recorde ao agronegócio em ao menos um dos bancos. Em outros dois bancos, porém, a demanda tem sido prioritariamente para o alongamento de financiamentos já existentes, com pouco crédito novo sendo liberado.

Entre fontes do mercado, a percepção é que essa nova linha para estocagem só terá efeito se de fato chegar às usinas em maior dificuldade financeira, que são justamente as que tendem a vender com pressa para gerar caixa, distorcendo os preços enquanto outra parte das empresas, mais capitalizada, consegue segurar as vendas. O problema é que esse grupo de usinas em dificuldade tem sido barrado nas análises de crédito dos bancos.

Outro receio é com a demora das operações. Na última vez em que uma linha com esse propósito esteve disponível no BNDES, a concessão efetiva dos recursos demorou até seis meses para chegar ao tomador, um prazo que, agora, esvaziaria o objetivo de enxugar a oferta imediata, segundo uma fonte.

Já as mudanças na área tributária pedidas pelo segmento para garantir a competitividade do etanol ante a gasolina não têm encontrado eco no Ministério da Economia.

Embora uma postergação do pagamento de PIS e Cofins sobre o etanol e um aumento da Cide sobre a gasolina contem com apoio do Ministério da Agricultura e dependam de um decreto presidencial, a Economia costuma dar o aval às medidas. E, segundo interlocutores, a Pasta não parece disposta a apoiá-las.

Ao **Valor**, o Ministério da Economia informou que “não comenta medidas em análise ou que ainda não são públicas” e que “o grupo de monitoramento da crise relacionada à covid-19 está analisando alternativas para reduzir os impactos da pandemia para o setor produtivo e para o setor público em suas diversas esferas, com o objetivo de preservar especialmente a população mais vulnerável”.

Na “Live do Valor” de ontem, o presidente da Cosan disse que o aumento da Cide sobre a gasolina seria uma medida “temporária” para preservar a competitividade do etanol, “dado o atraso no RenovaBio” - política que incentiva os biocombustíveis por suas vantagens ambientais.

O sistema da B3 de registro de negociações de Créditos de Descarbonização (CBios) - que poderão compensar o efeito da queda da gasolina nas vendas de etanol - começou a operar ontem. Mas as metas de compras de CBios (criados no âmbito do RenovaBio) pelas distribuidoras serão revisadas e submetidas à consulta pública, confirmou na semana passada o Ministério de Minas e Energia (MME). **(Colaborou Rafael Walendorff, de Brasília)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Use o número do seu INSS para simular um empréstimo. Conheça
PB CONSIGNADO

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPOWER CAPS

LINK PATROCINADO

Bahia: 30 cursos sem mensalidades para a população.
CAPACITANDO O BRASIL

LINK PATROCINADO

As irmãs idênticas nascidas em 2010 cresceram e se tornaram as gêmeas mais lindas do mundo
MEDICAREGRANNY

LINK PATROCINADO

Mãe suspeita que já tinha visto o noivo de sua filha antes, até que decide ver as fotos de um álbum antigo e se dá conta de algo totalmente inesperado
DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Demitido há uma semana, Mandetta posta foto ao lado de Moro e manda ‘parabéns’ ao ex-juiz

VALOR INVESTE

Yduqs conclui compra da Adtalem por R\$ 2,2 bilhões

VALOR INVESTE

Efeito Moro: Ibovespa afunda e dólar bate recorde com pedido de demissão

 COMENTÁRIOS

Voto de confiança dado a Guedes traz alívio pontual

Mercado vê com certo alívio voto de confiança do presidente Jair Bolsonaro ao ministro da Economia, mas ativos ainda sofrem com crise política

Por Marcelle Gutierrez, Marcelo Osakabe, Victor Rezende e Ana Carolina Neira e Lucas Hirata — De São Paulo

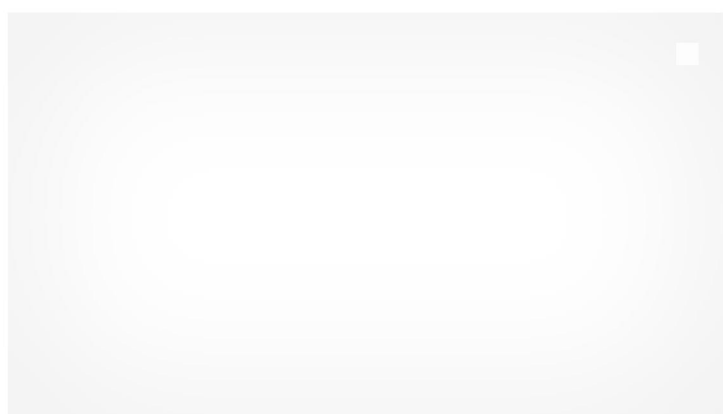
28/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Depois de muita apreensão nos últimos dias, o mercado viu com certo alívio o voto de confiança dado pelo presidente Jair Bolsonaro ao ministro da Economia, Paulo Guedes. Embora a crise política esteja longe do fim, a reaproximação ajudou a reverter parte das preocupações dos investidores sobre a derrocada das políticas do economista e até de uma substituição no cargo. O dia foi de recuperação para o Ibovespa, após o tombo de 5,45% na sexta-feira, mas não suficiente para retomar os 80 mil pontos. No câmbio, ainda prevalece a busca por proteção e o dólar voltou a subir com força durante parte da sessão, alcançando R\$ 5,72 na máxima do dia.

Ontem, o principal índice de ações do país fechou em alta de 3,86%, aos 78.239 pontos, respaldado também pelo avanço das bolsas globais com as sinalizações de reabertura da economia em alguns países na Europa e Estados americanos. O volume financeiro do Ibovespa somou R\$ 18,4 bilhões, um pouco acima da média diária de abril, de R\$ 17,9 bilhões.

No câmbio, as preocupações sobre a capacidade do governo de entregar resultados da agenda de reformas após a retomada da crise do novo coronavírus ainda pesam. Ao mesmo tempo, os riscos fiscais ajudam a manter as taxas de juros de longo prazo em nível elevado, em uma evidência clara do prêmio de risco que os investidores exigem para apostar no país. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027, por exemplo, subiu de 8,12% para 8,42%.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Já o dólar comercial fechou em alta marginal de 0,01%, a R\$ 5,6581, longe da máxima de R\$ 5,7253, por força da atuação do Banco Central, que interviu fortemente através de leilões surpresa no mercado à vista e no spot. Ao todo, o BC injetou US\$ 2,1 bilhões líquidos no mercado, sendo US\$ 1,5 bilhão em swaps cambiais e outros US\$ 600 milhões no mercado à vista.

No início do dia, todos os ativos financeiros do Brasil tiveram desempenho bastante positivo, inclusive o real que se valorizou contra o dólar no começo da sessão. A moeda americana abriu em forte queda, batendo mínima de R\$ 5,53 influenciada pelo tom positivo no exterior e por sinais da permanência do ministro Paulo Guedes no governo. Com a saída de Sergio Moro na sexta-feira, os investidores temiam que a era dos “superministros” havia acabado e que o economista seria o próximo a deixar o governo.

Em aparição pública logo pela manhã, o presidente Jair Bolsonaro reafirmou que Guedes é o homem que decide a economia no país. A demonstração contou com a presença de outros ministros e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

“Isso passou uma mensagem bastante positiva para o mercado, que ficou em dúvidas sobre Guedes após o episódio de sexta-feira”, comenta Filipe Villegas, estrategista da Genial Investimentos, ao destacar o desempenho do Ibovespa melhor que pares globais.

Roberto Indech, estrategista-chefe da Clear Corretora, afirma, entretanto, que o alívio foi pontual, já que a crise política permanece com a saída de Moro e suas acusações feitas contra Bolsonaro. “O governo pode perder popularidade caso não seja capaz de lidar com a pandemia e o cenário econômico pós-pandemia. O mercado acompanha de perto.”

Ao longo do dia, o alívio inicial foi dando lugar a uma leitura de que, embora uma guinada na economia ou um processo de impeachment estejam afastados no momento, a perda de capital política do governo Bolsonaro deve afetar o esforço pós-crise.

“O cenário continua totalmente incerto e com a perspectiva fiscal ruim. Não há uma melhora crível. Embora seja positivo Bolsonaro demonstrar comprometimento com a agenda econômica, fica difícil avaliar a governabilidade. Ele tem a oportunidade de aumentar a base, mas as nomeações, até agora, têm sido de cunho pessoal. O fato de ele defender Guedes é algo bom, mas não indica que a agenda fiscal terá prosseguimento”, afirma Vinicius Alves, estrategista da Tullett Prebon Brasil.

Em relatório enviado a clientes, estrategistas do J.P. Morgan notam que a aproximação entre o governo e o Centrão pode forjar uma aliança no Congresso. Eles, contudo, veem ressalvas. A primeira é a possibilidade de Bolsonaro perder popularidade por se aproximar da “velha política”, enquanto a segunda está na possibilidade de o Centrão levar o governo a adotar uma abordagem mais populista na política econômica passados os efeitos do novo coronavírus.

Apesar do cenário político tomar conta dos mercados, notícias corporativas influenciaram também a bolsa brasileira.

Via Varejo ON subiu 18,65% com a compra da empresa de tecnologia do setor de logística ASAPLog, crescimento do comércio eletrônico em meio à pandemia e recomendação de compra pelo Bradesco BBI. Na ponta negativa, Embraer ON caiu 7,49%, para a menor cotação desde 2009, de R\$ 7,66, com o fim do negócio com a Boeing.

COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Impulsionado pela covid-19, lucro da Novartis sobe 16% no 1º trimestre para US\$ 2,17 bilhões

Laboratório manteve projeções de vendas para o ano, com expectativa de alta de 4% nas vendas em dólares

28/04/2020 10:17 — Em Empresas



CVM autoriza fechamento de capital da CPFL Energias Renováveis

Aquisição das ações em circulação, ao preço de R\$ 16,85 por papel ON, será feita pela controladora CPFL Geração

28/04/2020 10:07 — Em Empresas